



**Mariana Reis Barcellos**

**Por que elas se separam? O fim da  
conjugalidade na transição para a  
parentalidade**

**Tese de Doutorado**

Tese apresentada como requisito parcial para  
obtenção do grau de Doutor pelo Programa de  
Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica)  
da PUC-Rio.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Terezinha Féres-Carneiro

Rio de Janeiro  
Março de 2019



**Mariana Reis Barcellos**

**Por que elas se separam? O fim da  
conjugalidade na transição para a  
parentalidade**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia (Psicologia Clínica) da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora.

**Profa. Terezinha Féres Carneiro**

Orientadora

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

**Profa. Andrea Seixas Magalhães**

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

**Profa. Rebeca Nonato Machado**

Departamento de Psicologia - PUC-Rio

**Profa. Mônica de Vasconcellos Dias**

Instituto de Ciências da Saúde – UVA

**Prof. Fernanda Travassos Rodriguez**

Rio de Janeiro, 22 de março de 2019.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização da universidade, da autora e do orientador.

### **Mariana Reis Barcellos**

Mestrado em Psicologia Clínica pela PUC-Rio, em 2012. Graduiu-se em Psicologia pela PUC-Rio, em 2008, obtendo os títulos de psicóloga e de bacharel em Psicologia. Especializou-se em Psicologia Analítica pela IBMR, em 2010. Foi bolsista de Iniciação Científica e de Treinamento e Capacitação Técnica na linha de estudos sobre Família e Casal. Desde a graduação dedica-se à área acadêmica e à clínica psicológica.

### Ficha Catalográfica

Barcellos, Mariana Reis

Por que elas se separam? : o fim da conjugalidade na transição para a parentalidade / Mariana Reis Barcellos ; orientadora: Terezinha Féres Carneiro. – 2019.

117 f. ; 30 cm

Tese (doutorado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2019.

Inclui bibliografia

1. Psicologia – Teses. 2. Conjugalidade. 3. Transição para a parentalidade. 4. Separação. I. Carneiro, Terezinha Féres. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Psicologia. III. Título.

CDD: 150

## Agradecimentos

À minha orientadora Terezinha Féres-Carneiro, pela generosidade, paciência e cuidado. Agradeço por compartilhar o seu amplo conhecimento com carinho e compreensão para a realização desta pesquisa.

À Rebeca Nonato Machado, à Cristina Ribeiro Dantas e à Renata Machado de Mello pelo inestimável suporte afetivo e intelectual ao longo desses anos.

Ao CNPq e à PUC-Rio, pelos auxílios concedidos, sem os quais este trabalho não poderia ter sido realizado.

Ao meu filho, Guilherme Thomazini, à minha mãe, Janilza Barcellos, e ao meu irmão, Daniel Barcellos, por estarem sempre ao meu lado.

À Val, ao Gilson, ao Filipe, ao Luiz Fernando e ao Hércules, pelo apoio e estímulo constantes.

Aos professores, colegas e funcionários da PUC-Rio pela colaboração, incentivo e trocas enriquecedoras.

Aos professores da Banca Examinadora.

Às entrevistadas, por compartilharem comigo experiências profundas e intensas.

Aos amigos e familiares que colaboraram direta ou indiretamente para a concretização desse trabalho.

## Resumo

Barcellos, Mariana Reis; Féres-Carneiro, Terezinha. **Por que elas se separam? O fim da conjugalidade na transição para a parentalidade** Rio de Janeiro, 2019. 117p. Tese de Doutorado – Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

O presente estudo teve como objetivo investigar o fim da conjugalidade na transição para a parentalidade, a partir da vivência feminina. Como referencial teórico, nos embasamos na psicanálise, na abordagem sistêmica e em estudos psicossociais, de modo a abarcar o fenômeno em suas dimensões psicodinâmicas, relacionais e sociais. Realizamos uma pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas com roteiro semiestruturado, com 12 mulheres das camadas médias cariocas, com idades entre 30 e 40 anos. Para analisar os dados utilizamos o método de análise de conteúdo na sua vertente categorial. Emergiram dez categorias das narrativas: *dependência absoluta e ilusão de onipotência*, relativas ao período da formação do casal; *conflitos conjugais pré-existente, tristeza e depressão na gravidez e sentimentos de rejeição*, relativas ao período da gravidez; *filho e primeiros cuidados, e, motivações para a separação*, relativas ao período após o nascimento do primeiro filho; *paternidade após a separação conjugal, adaptação ao novo arranjo familiar e imaginário social*, relativas ao período após a separação conjugal. As percepções relatadas ressignificaram as experiências passadas e apontaram—que as motivações para a separação na transição para a parentalidade se manifestaram desde a formação do casal conjugal, sendo percebidas na gravidez e nas primeiras relações com o filho. Seus efeitos apresentaram-se complexos e repercutiram em todos os membros da família, individual e coletivamente.

## Palavras-chave

Conjugalidade; transição para a parentalidade; separação.

## Abstract

Barcellos, Mariana Reis; Féres-Carneiro, Terezinha (Advisor). **Why do they separate? The end of conjugality in the transition to parenthood** Rio de Janeiro, 2019. 117p. Tese de Doutorado - Departamento de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

The present study aimed to investigate the end of conjugality in the transition to parenthood, based on the female experience. We conducted a qualitative research, through interviews with a semi-structured script, with 12 middle-aged women from Rio de Janeiro, aged between 30 and 40 years. To analyze the data we use the method of content analysis in its categorical aspect. Ten categories of narratives emerged: absolute dependence and illusion of omnipotence, relative to the period of formation of the couple; pre-existing marital conflicts, sadness and depression in pregnancy and feelings of rejection, relating to the period of pregnancy; child and first care, and, motivations for separation, relating to the period after the birth of the first child; paternity after marital separation, adaptation to the new family arrangement and social imaginary, related to the period after the marital separation. The reported perceptions reassigned past experiences and pointed out that the motivations for separation in the transition to parenthood have manifested themselves since the formation of the conjugal couple and can be perceived in pregnancy and in the first relations with the child. Its effects were complex and had repercussions on all members of the family, individually and collectively.

## Keywords

Conjugality; transition to parenthood; marital separation.

## Sumário

INTRODUÇÃO.....	11
2. ESCOLHA AMOROSA E SEPARAÇÃO CONJUGAL NA TRANSIÇÃO PARA A PARENTALIDADE SOB A ÓTICA FEMININA.....	16
Resumo.....	16
Abstract.....	17
2.1 MÉTODO.....	23
2.1.2 Participantes.....	23
2.1.3 Instrumentos e procedimentos.....	24
2.1.4 Cuidados éticos.....	24
2.1.5 Análise e discussão dos resultados.....	24
2.2 <i>Dependência absoluta</i> .....	25
2.3 <i>Ilusão de onipotência</i> .....	28
2.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
3. SEPARAÇÃO NA TRANSIÇÃO PARA A PARENTALIDADE: HUMOR DEPRIMIDO E VICISSITUDES CONJUGAIS NA GESTAÇÃO.....	35
Resumo.....	35

Abstract.....	36
3.1 MÉTODO.....	42
3.1.2 Participantes.....	42
3.1.3 Instrumentos e procedimentos.....	43
3.1.4 Cuidados éticos.....	43
3.1.5 Análise e discussão dos resultados.....	44
3.2 <i>Conflitos conjugais pré-existentes</i> .....	44
3.3 <i>Tristeza e depressão na gravidez</i> .....	47
3.4. <i>Sentimentos de rejeição</i> .....	50
3.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
4. FILHO SEPARA? CUIDADOS NA PRIMEIRA	
INFÂNCIA E MOTIVAÇÕES FEMININAS PARA A	
SEPARAÇÃO CONJUGAL.....	56
Resumo.....	56
Abstract.....	57
4.1 MÉTODO.....	65
4.1.2 Participantes.....	65
4.1.3 Instrumentos e procedimentos.....	65
4.1.4 Cuidados éticos.....	66
4.1.5 Análise e discussão dos resultados.....	66
4.2 <i>Filhos e primeiros cuidados</i> .....	66



4.3 <i>Motivações para a separação</i> .....	69
4.4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
5. O FIM DA CONJUGALIDADE NA TRANSIÇÃO PARA A PARENTALIDADE: ADAPTAÇÃO AO NOVO ARRANJO FAMILIAR SOB A ÓTICA FEMININA.....	
Resumo.....	78
Abstract.....	79
5.1 MÉTODO.....	86
5.1.2 Participantes.....	86
5.1.3 Instrumentos e procedimentos.....	87
5.1.4 Cuidados éticos.....	87
5.1.5 Análise e discussão dos resultados.....	87
5.2 <i>Paternidade após a separação conjugal</i> .....	88
5.3 <i>Adaptação ao novo arranjo familiar</i> .....	90
5.4. <i>Imaginário social sobre a mãe separada</i> .....	94
5.5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	98
6. CONCLUSÃO.....	100
7. Referências bibliográficas.....	103

8. ANEXO I: PERFIL DAS PARTICIPANTES.....	114
ANEXO II: ROTEIRO DAS ENTREVISTAS.....	115
ANEXO III: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	116
ANEXO IV: Ficha de Avaliação Biográfica.....	117

1.

## INTRODUÇÃO

O interesse por pesquisar as motivações femininas para a dissolução do laço conjugal foi constituído a partir de questionamentos derivados da dissertação de mestrado. Intitulada *Metáforas do Casamento: uma perspectiva cognitivista sobre o discurso de homens e mulheres*, a pesquisa teve como objetivo investigar concepções de casamento na atualidade. Constatamos naquela investigação que as mulheres relataram maior número de insatisfações conjugais em comparação às satisfações por elas percebidas e, também, em relação às percebidas pelos homens. Verificamos ainda que as mulheres que tinham filhos mencionaram maior quantidade de insatisfações na relação conjugal. Considerando a demanda clínica de sujeitos que se separam com filhos pequenos, o aumento dos índices de divórcio, pedidos em maioria pelas mulheres, e, a transformação conjugal que ocorre na transição para o casal parental, ressaltamos a relevância de estudos que investiguem o processo de separação na transição para a parentalidade.

As relações conjugais e parentais são transformadas e transformam a sociedade. Casar e ter filhos são marcos no ciclo vital da família, são etapas que demandam profundos investimentos afetivos e colocam os envolvidos diante de situações de conflito (McGoldrick; Carter & Garcia-Preto, 2010; Duarte & Zordan, 2016).

O amor conjugal se encontra em processo de reinvenção, sendo acometido pelo declínio da intimidade, pela dificuldade em compartilhar experiências com o outro, pelo excesso de individualismo, pela cobrança por felicidade plena, pela superficialidade das relações virtuais, pela sobrecarga do mercado de trabalho, pela supervalorização do corpo. Assim, a alienação sobre si mesmo e sobre o outro aumentaram e passaram a aparecer nos consultórios sob a forma de sofrimento e sentimentos de desamparo e de vazio (Passos, 2013; Dunker, 2017).

A relação amorosa explicita a incompletude dos cônjuges por meio de um jogo inconsciente regressivo, em que o poder legitimado a um está ligado ao reconhecimento do sofrimento do outro. Amor e ódio compõem o paradoxo do amor, configurando a ambivalência estruturante das relações afetivas e revelando a eterna busca por suplementarmos o real da falta (Neves, 2016; Dunker, 2017). Para os autores, o desconhecimento e a negação das próprias limitações e vulnerabilidades são estimulados pelo hedonismo e pelo narcisismo, característicos dos mecanismos contemporâneos de consumo. O sujeito é impelido a formas excessivamente idealizadas de se relacionar, tornando o encontro com o outro cada vez mais distante.

A transição da conjugalidade para a parentalidade, marcada pela chegada do primeiro filho, que opera como um dado de realidade, exige do casal o acréscimo e a reorganização de funções práticas e emocionais. As demandas parentais promovem a fragilização do laço conjugal, comprometem a ilusão de completude e desafiam a sua continuidade. A redução da satisfação conjugal é comum nesse período e a separação pode ser o destino possível (Magalhães & Féres-Carneiro, 2011; Hintz & Baginski, 2012; Barbiero & Baumgarten, 2015).

Ao longo da gravidez, a mulher acessa conteúdos infantis, reeditando o seu bebê interno. Ocorre o percurso libidinal regressivo e o contato com afetos ambivalentes nesse período. A experiência da primeira gestação pode implicar em estranhamentos e temores diante do ineditismo e da irreversibilidade da maternidade (Bydlowski, 2002; Moura, 2013; Rena; Romagnoli & Lima, 2014).

Como suporte emocional principal nessa fase, o primeiro papel do pai do bebê será fornecer proteção e segurança para a mãe e para o filho. Garantindo cuidado e atenção à mulher grávida, o marido fortalece e prolonga as vinculações afetivas na família e o desenvolvimento dos filhos (Simas; Souza & Scorsolini-Comin, 2013; Silva, 2016).

Pesquisas sobre a insatisfação feminina após o casamento e a chegada dos filhos descrevem o descontentamento sobre a divisão injusta no cuidado com a casa e com a prole, e o acúmulo de sentimentos de incapacidade e de baixa autoestima. Os resultados apontam para a vivência feminina de sofrimento ao longo das transformações no ciclo vital familiar, levando as mulheres a enfrentar inseguranças e ambivalências na administração das dimensões profissional, conjugal e parental de suas vidas (Solmeyer & Feinberg, 2011; Langaro & Pretto, 2015; Lopes, Delazzana-Zanon & Boeckel, 2014).

Em contrapartida, autores ressaltam o desafio em superar expectativas conjugais femininas idealizadas. Ainda capturadas por ideais românticos, algumas mulheres ainda parecem buscar uma acomodação relativa à dependência e à submissão históricas, na tentativa de realizar o prometido sonho da princesa que viverá feliz para sempre. O casamento esperado por elas não corresponderá ao vivenciado por desconsiderarem contrariedades e circunstâncias inesperadas na relação conjugal (Dias, 2000; Santos, 2013; Ávila; Ávila & Paula, 2017).

Ao encontrarem uma realidade diferente da esperada, muitas mulheres percebem-se frustradas e decepcionadas com o casamento. Elas são as maiores responsáveis pela decisão e pelo pedido de separação, alegando como motivações principais falta de apoio, imaturidade e traição do cônjuge. Casamento é compreendido pela maioria dos homens como formação de família e pela maioria das mulheres, como relacionamento amoroso. Portanto, a insatisfação conjugal feminina atua como motivação para a separação, podendo também caracterizar a sua crescente demanda (Féres-Carneiro, 2011).

O processo de separação envolve sentimentos de perda e o trabalho de luto para desfazer o laço amoroso realizado pelos ex-cônjuges leva, segundo Neves (2015), em média, dois anos. A intensidade afetiva relativa à formação do casal será proporcional à

intensidade afetiva experimentada na separação, até que seja restaurado o equilíbrio familiar.

Para Santos (2013), o trabalho de luto por separação conjugal abarca a elaboração da perda da família idealizada, a reorganização no parentesco entre as famílias de origem e o reajuste à vida separada de ambos os cônjuges. Os sentimentos de raiva, mágoa e culpa devem dar lugar a novos projetos de vida e expectativas reais para o futuro, a fim de que o reequilíbrio emocional seja feito na família separada.

Como motivação para a separação, Duarte e Zordan (2016) estabeleceram dois níveis de causalidade. No nível individual, citaram o desejo feminino pela realização pessoal e profissional, o individualismo em seus extremos e a traição masculina. No nível social, relataram os modelos das famílias de origem, a quantidade e a faixa etária dos filhos como fortes influências para o rompimento conjugal. Menezes e Lopes (2007) consideram a transição para a parentalidade como um período de desafios para o casal conjugal, mas identificaram que as causas da separação têm relação com conflitos pré-existentes a essa fase.

O casal parental é responsável por garantir comprometimento com o futuro da prole. Os cuidados são hoje exercidos de forma mais equilibrada entre mães e pais, devendo fornecer segurança, proteção e afeto à próxima geração (Castoldi; Gonçalves & Lopes, 2014; Pereira & Alarcão, 2014). Contudo, no cenário atual, marcado pela valorização de projetos individuais, pela realização profissional e pela busca da felicidade pessoal, o exercício da parentalidade pode ser encarado como um desafio para os casais contemporâneos. Eles atravessam limitações para exercerem e localizarem as funções parentais em seus cotidianos (Matos & Magalhães, 2014).

Valores individuais também podem pautar a decisão pela separação. Os sujeitos relacionam mais a decisão pela separação à própria satisfação pessoal do que aos seus possíveis efeitos nos membros da família (Zordan, 2010). Por outro lado, a separação pode

trazer benefícios aos envolvidos, na medida em que ela desfaz padrões relacionais patológicos e evita consequências psicológicas negativas para os membros da família. O fim do casamento pode fomentar o desenvolvimento psíquico e o amadurecimento da personalidade dos cônjuges e dos filhos (Willi, 1985; Féres-Carneiro, 1998).

Após o divórcio, é comum que a guarda dos filhos permaneça com a mãe em 85, 1% das ocasiões (IBGE, 2014). Entretanto, a guarda compartilhada, enquanto medida judicial automática, tende a preservar a coparentalidade e proporciona maior bem-estar emocional à prole (Schneebeli & Menandro, 2015).

A partir de tais considerações a pesquisa do doutorado teve como objetivo investigar o fim da conjugalidade durante a transição para a parentalidade, a partir da percepção das mulheres. Tendo em vista o vasto material obtido, a tese foi organizada em quatro artigos. No primeiro, investigamos a repercussão da formação do casal na separação, a partir da vivência feminina. No segundo, estudamos os afetos vivenciados, durante a gestação, por mulheres que se separaram na transição para a parentalidade. No terceiro, avaliamos as transformações das relações na família após o nascimento do primeiro filho. Por fim, no quarto artigo, investigamos as repercussões da dissolução do laço conjugal, na transição para a parentalidade, sobre os membros da família.

2.

## **ESCOLHA AMOROSA E SEPARAÇÃO CONJUGAL NA TRANSIÇÃO PARA A PARENTALIDADE**

### **Resumo**

Este estudo é parte de uma pesquisa mais ampla sobre a separação na transição para a parentalidade. Teve como objetivo investigar a repercussão de aspectos da formação do casal na separação, ocorrida durante a transição para a parentalidade, a partir da vivência feminina. Foram realizadas 12 entrevistas semiestruturadas com mulheres das camadas médias da população carioca, entre 30 e 40 anos de idade que se separaram há, no mínimo, dois anos, no período de zero a dois anos de idade do primeiro filho. Para a análise dos dados foi utilizado o método de análise de conteúdo e duas categorias emergiram dos relatos das participantes: *dependência absoluta* e *ilusão de onipotência*. Os resultados permitiram considerar que a escolha amorosa motivada por demandas anaclítica ou narcísica polarizadas, caracterizadas por extrema dependência ou onipotência, potencializadas por valores individualistas e hedonistas, atuam como possíveis preditores da dissolução amorosa diante dos desafios impostos pelo período de transição do casal conjugal para o casal parental.

### **Palavras-chave**

Escolha amorosa; transição para a parentalidade; separação conjugal.



## Abstract

This study is part of a wider research on separation in the transition to parenting. The objective was to investigate the repercussion of aspects present in the formation of the couple in the separation that occurred during the transition to parenthood, from the female experience. Twelve semi-structured interviews were conducted with middle-aged women, between 30 and 40 years of age, who separated for at least two years, from zero to two years of age of the first child. For data analysis, the content analysis method was used and two categories emerged from the participants' reports: *absolute dependence and illusion of omnipotence*. The results allowed to consider that the affective choice motivated by polarized narcissistic or anaclitical demands, characterized by extreme dependence or omnipotence, potentiated by individualistic and hedonistic values, act as possible predictors of the amorous dissolution in the face of the challenges imposed by the period of transition from the conjugal couple to the parental couple.

## Keywords

Love choice; transition to parenthood; marital separation.

As relações interpessoais de nossos dias revelam tensão entre liberdade e satisfação conjugal. A conjugalidade evidencia esse paradoxo na medida em que a hesitação pelo aprofundamento afetivo desloca o sujeito para o excesso de paixões, idealizações amorosas e um estado de dependência. Para Passos (2013), a dificuldade em reconhecer os sentimentos, bem como o exagero em suas manifestações são como dois lados da mesma moeda.

O mundo virtual e as novas tecnologias promoveram a comunicação global instantânea, de modo a aumentar a quantidade de relações interpessoais, mas reduzir a profundidade das mesmas. Inseridos no modelo econômico capitalista, que enfatiza a lógica do consumo irrefreável e a descartabilidade das mercadorias, as relações amorosas também se tornaram mais efêmeras e superficiais. Passos (2013) localiza esse esvaziamento dos laços no consumo abusivo de drogas e medicamentos; no excesso de competitividade no mercado de trabalho; e na supervalorização e exposição do corpo.

Dunker (2017) relata a dificuldade em formar laços de intimidade com o outro como uma nova forma de sofrimento psíquico que aparece nos consultórios atualmente. Para ele, a construção de cumplicidade conjugal gera desconforto e dúvidas sobre a natureza de seu interesse, de forma que os envolvidos não sabem se trata de uma falsa paixão ou de um amor verdadeiro. O amor romântico foi deslocado de objeto suposto a tamponar a falta subjetiva, deixando de carregar a promessa de felicidade eterna. No entanto, o autor enfatiza que a falta de intimidade mantém a sensação de vazio e a persistência em preenchê-lo deveria conduzir à constatação sobre a permanência de aspectos desconhecidos em nós mesmos e nos outros. Assim, seria possível compreender a ligação conjugal, marcada pela dificuldade em reconhecer a alteridade, como um semblante que denota a ambivalência do saber e do não saber sobre o outro, característica estruturante da tensão nos laços de intimidade amorosa. A capacidade de reconhecer a si mesmo e ao outro

e, sobretudo, a capacidade de amar o outro remonta às primeiras relações construídas na vida.

Freud (1914) postula que o primeiro vínculo amoroso do bebê se dá com a mãe e toda busca amorosa futura estará referida a esse encontro inicial e, portanto, nunca será integralmente satisfeita. Na perspectiva freudiana, o amor está ancorado no ideal narcísico, na completude e perfeição perdidas. Sua origem está na fase de ilusão de onipotência e de totalidade que o bebê experimenta, sendo estruturante no seu processo de subjetivação. Ora buscando um substituto da mãe (escolha anaclítica), ora buscando a si mesmo (escolha narcísica), segundo Freud (1914/1976), o sujeito viverá o amor em perspectiva regressiva, marcado pela tensão entre o quanto se aproximar e o quanto se afastar do outro. Coca, Salles e Granado (2017) ressaltam que na escolha anaclítica de mulheres é comum que o objeto de amor seja um homem protetor. Na escolha narcísica, há a demanda para que o objeto de amor siga o modelo do próprio amante, sendo o que ele é, o que já foi ou o que desejaria ser.

A relação amorosa é, então, numa perspectiva psicanalítica, uma ilusão amorosa, visto a sua impossibilidade procedente de retorno à dependência infantil. Nela contidas, cabem a ilusão de onipotência, a ilusão de dependência absoluta e a ilusão de liberdade absoluta que, embora constitutivas da dimensão trágica da experiência humana, operando em níveis inconscientes, podem eclodir como armadilhas imprevistas. O paradoxo do amor se faz presente por meio da ilusão que, ao mesmo tempo em que possibilita a manifestação de um potencial criativo, também pode se manifestar com caráter destrutivo por meio do distanciamento alienante do outro. Na concepção de Magalhães (2003), a construção do vínculo conjugal opera em dinâmica diacrônica, na medida em que transforma os cônjuges pelos movimentos de ilusão, desilusão e recriação, facilitando a elaboração de afetos ambivalentes.

O sujeito busca no objeto amoroso aquilo que este não tem, revelando um empenho, sempre arriscado, de suplementar o real da falta. Para Puget e Berenstein (1993), o vínculo conjugal se dá na tentativa de aliviar o sofrimento psíquico e o apaixonamento inicial recupera as ilusões de completude e permanência na vida. Na visão destes autores, o pacto inconsciente que funda a relação amorosa envolve a conservação de objetos infantis por meio do cônjuge. O sujeito experimenta uma sensação de poder e satisfação originários que ativam no ego a ilusão de completude. Fantasias de ser aniquilado ou devorado ocupam o lugar das palavras, pois a fusão com o outro produz o sentimento oceânico que apaga as fronteiras do ego, ameaçando a sua existência. A escolha pelo parceiro é relativa à ambivalência de preencher e esvaziar, de unir e dissolver, de significar e anular, de cuidar e controlar.

Willi (1982) retoma Freud e relaciona a interação conjugal às fases libidinais do desenvolvimento infantil. Nomeia de colusão a ligação inconsciente que funda as relações amorosas. Na sua visão, o jogo neurótico de colusão acontece quando os parceiros ficam cristalizados no rito de luta que consome muita energia psíquica por longo tempo, impedindo a solução de conflitos. Assumem posturas rígidas e estereotipadas, fixando cada cônjuge em extremidades polarizadas e apontando para patologias.

Neves, Dias e Paravidini (2013) retomam o paradoxo entre a cultura do narcisismo, na qual estão presentes individualismo, liberdade, sucesso e conquistas, e a procura pela felicidade no amor conjugal e na constituição de família. A articulação entre conjugalidade e individualidade é, segundo Féres-Carneiro e Ziviani (2009), um dos desafios enfrentados pelos casais contemporâneos. Engajar-se em uma relação afetiva é arriscar-se nos limites da própria organização psíquica, de maneira a por à prova a capacidade de lidar com sofrimento, com desconhecimento, com inseguranças e com desamparos.

Neves (2016) interpreta a relação amorosa como um microcosmo sistematizado pelos desejos dos parceiros, autorregulado e homeostático, fundado numa intensa e ambivalente catexia mútua. Na sua concepção, o casal apaixonado é a negação da discriminação, da oposição, da contradição, da limitação. Nesse momento primordial de apaixonamento, quanto maior for o sentimento de desamparo e de incompletude dos cônjuges, maior será a intensidade da idealização amorosa. A falha na vivência da castração dos cônjuges potencializa exigências e intolerâncias mútuas, conduzindo-os a não suportar perdas e frustrações, atacando o outro como a causa de sua desilusão. A negação da fragilidade e da incompletude humanas reverberará nas demais relações estabelecidas ao longo da vida. O apaixonamento poderá assumir viés patologizante e desembocar no transbordamento da onipotência narcísica.

A essa aliança inconsciente fundadora da origem amorosa, Kaës (1993) nomeia de “pacto denegativo”, conceito derivado do “contrato narcisista” (Aulagnier, 1979). As fantasias operam em caráter defensivo, vinculando o cônjuge à solução das faltas primitivas de um tempo psíquico primevo. Para Correa (2013), as fases de grande intensidade afetiva atravessadas pelos casais trazem à tona os pactos e alianças engendrados no início da relação, remontando sempre às origens da escolha conjugal.

Quando a angústia da perda atravessa a escolha amorosa e prejudica a intimidade nas relações, o processo de amadurecimento falhou no alicerce de aspectos fundamentais capazes de fazer sustentar as ambivalências características dos relacionamentos humanos. Na interpretação de Fortes (2008), essa falha é percebida na clínica do vazio por meio das patologias do ato, compulsões, depressões, entre outras.

Neves, Dias e Paravidini (2013) ressaltam que ser feliz não é mais somente um impulso do Id, mas do Superego, o que gera sentimento de culpa cada vez que a felicidade não é atingida. Percebem, portanto, não

apenas na busca pela exterioridade perfeita, mas também pela perfeição de almas, aplacando ou negando qualquer forma de dor. Identificam risco na ilusão de que podemos ser o que quisermos, podendo nos alienando das contingências e vislumbrar uma liberdade irresponsável e inatingível.

O ideal romântico reúne na contemporaneidade as ilusões narcísicas de onipotência, enaltecendo a felicidade e o prazer em sua plenitude, e, desconsiderando a dimensão do sofrimento e desamparo, presente em toda relação. Segundo Almeida (2014), as relações amorosas, enquanto componentes do processo de subjetivação, são atravessadas por condições socioculturais e modelos econômicos. Conforme apontam Neves, Dias e Paravidini (2013), a cultura hedonista expõe a conjugalidade à ação de pulsões destrutivas por meio de conflitos e violência. Não há o exercício do reconhecimento do outro, da sua alteridade.

Segundo Puget e Bereinstein (1993), o casal se constitui a partir da valorização da alteridade para a construção de um projeto de vida compartilhado. Enquanto prevalecerem interesses majoritariamente individuais e utilitários, o laço conjugal será empobrecido, imaturo e inconstante, uma pseudorelação. Para os autores, não enxergar o outro faz com que ele se torne uma necessidade e, não mais uma escolha. O vínculo atua em nível primitivo e patológico, promovendo a fusão entre os pares, inibindo a autonomia e evidenciando as diferenças na forma de ataques hostis.

Magalhães (2018) pontua que os cônjuges devem reconhecer a existência de sua alteridade, resguardando seu verdadeiro *self* e resistindo aos ataques do parceiro. A todo o momento, o outro tentará encaixar o objeto real ao objeto fantasiado, forçando o seu desaparecimento psíquico. A saúde conjugal não está, portanto, na anulação do outro, mas na criação de um espaço criativo terceiro, que preserva as diferenças e perpetua a atração pela alteridade.

Aragão e Oliveira (2014) salientam a promoção hedonista e narcisista na sociedade de consumo contemporânea. Segundo as autoras, o sujeito é impelido a processos psíquicos que o desviem do reconhecimento dos vazios, faltas e desamparos. Para Poli e Cavalcanti (2015), o desamparo é o “Mal-estar na Civilização” atual (Freud, 1930) e, ao reconhecer a vulnerabilidade, o sujeito será capaz de produzir saídas e apropriar-se de destinos possíveis.

Diante do crescente número de separações e do aumento nas possibilidades de se relacionar e de ser família, faz-se necessária a investigação sobre a construção do laço amoroso como origem das relações conjugais e seus desdobramentos na formação do casal parental. Assim, este trabalho teve como objetivo investigar a repercussão da formação do casal na separação ocorrida durante a transição para a parentalidade, a partir da vivência feminina.

## **2.1**

### **MÉTODO**

#### **2.1.2**

##### **Participantes**

A fim de investigar a vivência feminina do processo de separação conjugal na transição para a parentalidade, foram entrevistadas 12 mulheres pertencentes às camadas médias urbanas da cidade do Rio de Janeiro, heterossexuais, que tinham coabitado com o pai do seu primeiro filho por ao menos dois anos, com idades entre 30 e 40 anos e que tinham se separado há, no mínimo, dois anos e, no máximo, cinco anos. O período de maior tensão conjugal varia da gravidez até o vigésimo

quarto mês do bebê, podendo gerar uma crise na conjugalidade (Curran; Hazen; Jacobvitz & Sasaki, 2006). Assim, foi critério de inclusão das participantes que elas tenham se separado durante esse período.

### **2.1.3**

#### **Instrumentos e procedimentos**

Foi utilizada uma Ficha Biográfica e realizada uma entrevista que teve como base um roteiro oculto semiestruturado, contemplando temas concernentes ao objetivo do estudo. As entrevistas foram realizadas individualmente, gravadas e transcritas. Para a análise do material obtido, foi utilizado o método de análise de conteúdo, na sua vertente categorial, tal como proposto por Bardin (2016).

### **2.1.4**

#### **Cuidados éticos**

O projeto que deu origem a este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição onde o estudo foi desenvolvido (Parecer 003D/2017). Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tendo autorizado o uso dos resultados da investigação em ensino, pesquisa e publicação, preservadas suas identidades.

### **2.1.5**

#### **Análise e discussão dos resultados**



Das falas das participantes emergiram as categorias *dependência absoluta (escolha anaclítica)* e *ilusão de onipotência (escolha narcísica)*, relativas ao período da formação do casal conjugal.

## 2.2

### *Dependência absoluta*

Observamos que na fase inicial do relacionamento, a maioria das mulheres descreveu ter se aproximado do futuro marido em um período no qual estavam frágeis e em desenvolvimento profissional. As falas a seguir mostram uma posição de fragilidade e dependência da maioria das mulheres em relação aos pretendentes. Elas relataram estarem em posição hierárquica inferior aos homens no âmbito profissional de suas vidas e que receberam ajuda significativa dos mesmos na superação das dificuldades que enfrentavam.

*A gente se conheceu no trabalho. Foi meio que amor à primeira vista. Ele tava na empresa há mais tempo que eu e foi bom porque me inseriu na galera, sabe? A gente decidiu que ia ficar junto e então decidimos logo ir morar junto.*  
(Participante 1)

*A gente trabalhava junto numa emissora de TV e ele era meu diretor. (...) Eu pedi para ele ser meu diretor pra ele me ajudar no roteiro e tal. Aí a gente começou a conviver e sair. Ficava gravando até meia noite às vezes. Como ele morava perto, vinha me trazer em casa.* (Participante 3)

*Eu morava no interior de outro estado e trabalhava numa mineradora. Ele também trabalhava lá, mas vivia viajando. Na verdade, eu vi nele uma oportunidade de sair do interior (...) uma chance de mudar a minha história. Mas amar, não. Eu acho que eu nunca amei ele de verdade. Foi mesmo uma forma de eu sair de lá e mudar a minha vida. (Participante 4)*

*Eu fui fazer uma entrevista num escritório e o pai da minha filha era o dono. A gente se conheceu ali (...) ficamos juntos desde então. Era tudo maravilhoso no começo. (Participante 8)*

*Eu era gerente de uma loja e ele trabalhava no escritório dessa loja. Desde a primeira vez que eu olhei pra ele, eu senti uma atração, assim. Eu gostei dele e comecei a me envolver com ele. A gente começou a ficar e foi se conhecendo durante um mês. Logo fomos morar junto. (Participante 9)*

*Eu era fã dele, mas não tinha contato. Ele é artista, mas teve uns problemas e se afastou um pouco da carreira. Um amigo em comum apresentou a gente. Então, nesse dia mesmo a gente ficou e em 15 dias, a gente tava namorando. Foi tudo muito rápido. (Participante 12)*

A partir dos relatos, entendemos que as mulheres enxergaram nos seus pretendentes uma espécie de salvador, o homem superior que poderia resolver a vulnerabilidade das mesmas e conduzi-las a uma relação estável e segura. Contudo, nenhuma delas enfatizou o amor como motivação inicial, mas componentes utilitários e práticos para melhorarem suas vidas.

As entrevistadas ressaltaram o breve período de tempo em que rapidamente a relação foi instituída. Parece que a rapidez da união expressava uma urgência para o alívio psíquico e preenchimento do vazio afetivo. Podemos relacionar a velocidade de vinculação, assim como constatou Dunker (2017), à tentativa de suprir uma falta subjetiva, em detrimento de motivações que apontem para um projeto de vida em comum, e, portanto, desconsiderando o outro e impossibilitando a construção de uma identidade conjugal criativa e satisfatória.

Percebemos na descrição dessas relações a presença inicial de passividade, admiração maciça e idealização na escolha amorosa a qual, conforme postulou Freud (1914/1976), remete ao oferecimento de si mesmo como objeto para o outro, à demanda anaclítica em que o sujeito se abriga de maneira regressiva na posição de ser cuidado e protegido por alguém.

As participantes se colocaram disponíveis aos comandos e aos desejos do amante, suprimindo parte da própria individualidade em favor da união conjugal. Podemos considerar que as mulheres se identificaram com uma atitude submissa, colocando os homens, assim como o descrito por Coca, Salles e Granado (2017), no lugar de protetor. Pareciam engajadas num processo inconsciente de sedução no qual a dependência feminina serviu como atrativo e contribuiu para as motivações pela escolha amorosa.

As entrevistadas enxergaram nos parceiros aquilo que nelas faltava, uma parte que as completaria, revelando, então, a ilusão de completude e felicidade plena. Elas apontaram para um pacto

inconsciente, tal como descrito por Puget e Berenstein (1993), relativo à recuperação de objetos infantis que garantiriam o suposto aplacamento de sofrimentos e faltas afetivas.

Assumindo a polaridade do desamparo a fim de conquistar o coração do salvador, as participantes não reconheceram a alteridade do pretendente, além de arriscarem as próprias fronteiras psíquicas. Elas pareciam enredadas na armadilha do apaixonamento que, conforme afirma Neves (2016), é caracterizada pelo rebaixamento de limites e pela ilusão de perfeito e eterno encaixe.

## 2.3

### *Ilusão de onipotência*

As narrativas em retrospectiva relataram que na medida em que o relacionamento foi se construindo e o tempo passando, as participantes identificaram mudança na percepção em relação aos maridos. As entrevistadas descreveram uma posição oposta em relação à fase inicial do relacionamento, na medida em que passaram a desconsiderar a opinião e os desejos dos cônjuges sobre decisões determinantes ao projeto de vida do casal. Foram assumindo outro lugar (de passivo para ativo) e desidealizando os maridos, passando a narrar os projetos conjugais de outro ponto de vista.

*Eu decidi engravidar, eu decidi que eu queria ter um filho dele. Aí eu falei pra ele que eu queria ter um filho. Ele concordou. Ele concordou porque ele concordava com tudo mesmo. Tudo que eu dizia pra ele tava certo, ele aceitava. (...) Ele não reclamava de nada, então ele não ia ser capaz de fazer uma reclamação. Ele não ia dizer o que*

*incomodava e o que não incomodava. Acho que ele falhou nisso. Nunca dizia do que não gostava. Pra ele tava tudo sempre bom, sempre adorando tudo, sempre curtindo tudo. (...) As pessoas precisam dizer o que está incomodando. (Participante 1)*

*Não teve pedido de casamento. A gente tava junto, até que um dia eu falei que não queria mais os restos da ex dele na nossa casa. Quando ela foi buscar tudo na portaria, eu oficializei, do tipo estamos namorando agora. Não dava mais pra ficar naquela situação. Mande ele pra terapia e tudo. (Participante 3)*

*Eu comecei a fazer o que eu queria mesmo. Depois que a gente veio pro Rio eu escolhi aonde a gente ia mora, a decoração e até que a gente não ia casar no papel. (...) Ele dizia que queria ser pai, mas só quando eu quis, eu parei de tomar a pílula e engravidei. (Participante 4)*

*Eu já tava querendo engravidar, então fui tirar o DIU sem ele saber. Já ficava pensando como ia organizar tudo, o quarto do bebê, a babá que ia cuidar dele, porque eu ia continuar trabalhando, né? Tive até medo dele não aceitar o filho. (Participante 8)*

*O tempo foi passando e eu fui vendo algumas coisas que eu desconfiava. Eu decidi colocar as cartas na mesa e tomar as rédeas da situação. Eu até pensei em terminar e chamei ele pra uma conversa meio decisiva. Nessa conversa ele me*

*pediu em casamento. Eu organizei tudo porque queria uma coisa simples, uma recepção depois do cartório só. (Participante 9)*

*O cara não tinha muita iniciativa, era só eu cuidando de tudo. (...) Era muito zelo, era muito cuidado que eu tinha com ele, eu virei mais mãe do que mulher. (...) Eu ainda fazia tudo, tinham datas comemorativas que eu organizava tudo, no meu aniversário, eu comprava o meu presente pra ele me dar. (...) Ele ficou muito dependente de mim, não queria sair com os amigos, ter aqueles papos de homem. Só queria ficar comigo, fazia tudo que eu queria, eu escolhia o que a gente ia fazer todo dia. (Participante 12)*

As falas evidenciam um momento de maior autoridade feminina, com a manifestação de raiva e destrutividade, no qual as mulheres se instituíram detentoras do poder e integralmente responsáveis pela relação conjugal. Parece que de protagonistas salvadores, os homens passaram a coadjuvantes na conjugalidade. Na perspectiva delas, os maridos assumiram o polo de dependência, passividade e não foram reconhecidos na sua potência. Foram desvitalizados e desvalorizados pelas mulheres, que invalidaram suas vontades e seus desejos.

As narrativas traduziram uma posição de dominação que, conforme postulou Freud (1917/1976), remete à escolha narcísica, marcada pela ilusão de onipotência que opera na direção de encontrar no objeto de amor partes de si mesmo. Nesse sentido, as entrevistadas ~~trocaram~~ inverteram a posição de dependência em relação ao parceiro. Elas se deslocaram de objeto dependente para sujeito onipotente, contudo, buscando manter o outro na forma de miragem e obstruindo a formação criativa da conjugalidade.

Podemos considerar essa atitude como manifestação narcísica das participantes, estabelecendo com o cônjuge uma relação especular na qual não há espaço para o reconhecimento da alteridade. Em concordância com os conceitos de “contrato narcisista” de Aulagnier (1979) e “pacto denegativo” de Kaës (1993), observamos a posição das entrevistadas em perspectiva defensiva, por meio da qual elas mantêm o lugar de poder e evitam as fantasias de sucumbirem ao desamparo.

Estes resultados corroboram as posições de Neves, Dias e Paravidini (2013) e de Puget e Bereinstein (1993) ao afirmarem que a desconsideração ou a desvalorização do cônjuge são elementos que formarão uma conjugalidade falha e insatisfatória, sem projeto de vida em comum e vulnerável a ataques de afetos primitivos que, constantemente, testarão o vínculo amoroso.

A rigidez percebida na atitude de poder, presente nas narrativas das mulheres, sobre a relação conjugal, vai ao encontro do descrito como jogo colusivo por Willi (1982). O enrijecimento em polos opostos, seja de autonomia ou de dependência, insere na conjugalidade potenciais conflitos que poderão conduzir à futura dissolução da relação.

A postura das mulheres revela o outro lado da moeda, na medida em que elas caem na ilusão de onipotência, negando qualquer grau de dependência e assumindo, paradoxalmente, atitudes individualistas e egoístas que condenam. Assim, o narcisismo encontra solo fértil para atuar e funcionar como elemento sabotador nas relações nas quais, conforme ressaltam Poli e Cavalcanti (2015), os cônjuges negam dimensões da falta, desamparo e vulnerabilidade. As entrevistadas parecem ter abandonado a ilusão de salvação para se tornarem autossalvadoras e não abriam espaço para os parceiros e para a construção de um projeto de vida compartilhado, o que pode ter implicado na separação.

A desidealização do homem salvador e a negação da mínima dependência podem revelar o descontentamento feminino diante da

impotência percebida no marido para a construção de uma identidade conjugal melhor estruturada. Algumas entrevistadas relataram indícios de insatisfação detectados no início do relacionamento amoroso que foram aumentando no decorrer do tempo. Entretanto, podemos considerar que as narrativas à posteriori possam ter ressignificado esse momento da relação conjugal, identificando pontos negativos em retrospectiva.

*Acho que desde o início ele não era bom namorado não. Hoje eu nem me imagino com ele. Ele é relapso, livre, bicho solto, não queria muito dar satisfação. Eu ligava e ele não atendia, marcava comigo e chegava duas horas depois do marcado. Não era muito bom namorado não. (Participante 3)*

*Acabei saindo com ele e a gente namorou, mas ia e voltava, ia e voltava. A gente não brigava muito, mas ele sumia de vez em quando e eu ficava chateada com isso. Mas, eu tava estudando pra concurso, então também queria ter o meu tempo e evitava de ficar reclamando muito. (Participante 5)*

*Sempre foi um namoro conturbado por conta das nossas diferenças religiosas, né? (...) Ele disse que não seria um problema, mas à medida que o relacionamento foi amadurecendo e a gente também foi amadurecendo, passou a ser um grande problema. (Participante 6)*

As narrativas apontam para a presença de um gérmen potencial gerador de conflito entre os cônjuges, ainda no início da relação amorosa. Os relatos revelam um incômodo sobre algumas diferenças que não foram elaboradas, permanecendo no relacionamento e crescendo ao



longo do tempo. Possivelmente imersas na ilusão em serem salvas, conforme Neves (2016), as participantes negavam a oposição e a limitação do parceiro, podendo reconhecê-las somente após a desilusão.

## 2.4

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os relatos apresentados pelas mulheres evidenciaram dois tempos da formação e da vivência conjugal. No primeiro momento, as mulheres submeteram-se à extrema dependência, adotando uma postura regressiva e colocando-se completamente vulneráveis diante do parceiro. Elas se entregaram aos maridos como se neles enxergassem a imagem do salvador e detentor de todo cuidado e proteção que lhes faltaram. Observamos aí uma conduta rígida na qual não há equilíbrio e a circulação da complementaridade de papéis na trama conjugal.

No segundo momento, as mulheres se posicionaram no lugar de poder e decisão acerca das deliberações relativas ao casal. Elas disseram assumir o controle diante da relação, também desconsiderando a potência do cônjuge, mostrando-se independentes e dominadoras. Negaram qualquer fragilidade e dimensão de dependência afetiva.

Podemos formular a hipótese de que os indícios de insatisfação oriundos da formação do casal mantiveram-se mal elaborados na relação, transformando-se em tristeza durante o período gestacional e eclodindo como insuportáveis com o nascimento do filho e as demandas parentais. A conjugalidade pouco estruturada parece ter escamoteado falhas desde a sua origem, levando, assim, à separação conjugal.

Foi possível perceber, nos resultados do estudo, a unilateralidade de papéis, por meio de uma dinâmica relacional pouco criativa. Operou uma dialética entre salvador e desamparado, e, ainda que as posições

tenham sido trocadas, o jogo permaneceu. Parece que a maioria das entrevistadas tendeu a uma posição defensiva, na medida em que impediu a circulação de papéis de poder e de cuidado. Não houve deslocamento entre as polaridades autonomia e dependência, cronificando a relação e impossibilitando a expressão afetiva dos parceiros nas demais dimensões da experiência conjugal. A atuação de conteúdos inconscientes primitivos e pouco metabolizados parece ter influenciado nas motivações para o enlace amoroso, repercutindo na separação conjugal.

Na medida em que os relatos contemplaram a história da origem da relação conjugal de mulheres que se separaram na transição para a parentalidade, é possível considerar as dinâmicas observadas como prováveis preditores da dissolução amorosa, diante dos desafios impostos pela transição do casal conjugal para o casal parental. Assim, tornou-se evidente a importância da perspectiva preventiva em processos psicoterapêuticos cujas demandas sejam relacionadas a esses temas.

Tendo em vista que as subcategorias *dependência absoluta* e *ilusão de onipotência* emergiram espontaneamente da fala das entrevistadas, não tendo composto inicialmente os eixos temáticos desta investigação, estudos futuros poderão abranger e aprofundar questões referentes à relação entre a formação do casal e a sua posterior dissolução. Dentre tais questões, a partir dos resultados deste estudo, podemos sugerir a investigação sobre o crescimento oculto de conflitos primordiais latentes dos cônjuges e a futura separação conjugal na transição para a parentalidade.

**3.****SEPARAÇÃO NA TRANSIÇÃO PARA A PARENTALIDADE: HUMOR DEPRIMIDO E VICISSITUDES CONJUGAIS NA GESTAÇÃO****Resumo**

Esse artigo é fruto de uma pesquisa mais ampla sobre separação na transição para a parentalidade. Teve como objetivo investigar os afetos vivenciados, durante a gestação, por mulheres que se separaram na transição para a parentalidade. Foram realizadas 12 entrevistas semiestruturadas com mulheres das camadas médias cariocas, entre 30 e 40 anos de idade que se separaram há, no mínimo, dois anos, no período de zero a dois anos de idade do primeiro filho. Os resultados evidenciaram a presença de tristeza e rejeição das participantes em relação à gestação e à relação conjugal. Observamos que a depressão gestacional foi vivenciada por muitas delas, havendo um luto intenso relacionado à passagem da mulher-filha para a mulher-mãe, concomitantemente ao luto pela conjugalidade posteriormente desfeita.

**Palavras-chave**

Gravidez; depressão; transição para a parentalidade; separação conjugal.

## **Abstract**

This article is the result of a broader research on separation in the transition to parenting. It aimed to investigate the affects experienced during pregnancy by women who separated in the transition to parenthood. Twelve semi-structured interviews were carried out with middle-aged women in Rio de Janeiro, between 30 and 40 years of age, who separated for at least two years, from zero to two years of age of the first child. The results evidenced the presence of sadness and rejection of the participants in relation to gestation and to the conjugal relationship. We observed that gestational depression was experienced by many of them, and there was an intense mourning related to the transition from the daughter-woman to the mother-woman, concomitant to the mourning of conjugality, which was later dismantled.

## **Keywords**

Pregnancy; depression; transition to parenthood; marital separation.

Compreendendo a gravidez como um período de ~~maior~~ transformação significativa na vida da mulher, alcançando as relações interpessoais, o trabalho, o lazer, os hábitos alimentares, o sono, o corpo, os aspectos psicológicos, as roupas e o seu papel social, é evidente a vulnerabilidade imposta por esse momento. Silva (2014) explica que essas mudanças contribuem para o desenvolvimento de doenças mentais, identificando a depressão como o transtorno que mais acomete a mulher grávida no Brasil.

Pensar em gravidez nos leva a considerar mecanismos de fusão e separação, na medida em que o bebê é e não é parte da mãe, simultaneamente. Surgem questionamentos sobre a interface entre as transformações fisiológicas e psíquicas, sobre como os afetos são percebidos e significados ou, mesmo, escondidos e negados. O entusiasmo na gravidez, reforçado pelas crenças populares, camufla aspectos inconscientes que emergem por meio da experiência do desconhecido, representado pelo bebê.

Para Bydlowski (2002), a gravidez é um momento em que as representações mentais da mãe em relação ao filho facilitam o acesso ao passado e a redução da barreira da censura. Ao reeditar o seu bebê interno, a mulher atravessa uma regressão libidinal e entra em contato com conteúdos pré-edípicos, experimentando a ambivalência afetiva na gestação. Winnicott (1956) postula que o estado de *preocupação materna primária* tem início ainda durante o final da gravidez e a identificação com o bebê promove a regressão psíquica na mulher, aumentando a sensibilidade e a intensidade dos afetos nesse período.

A vulnerabilidade experimentada pela mulher possibilita que ela construa um ambiente interno para o bebê. Golse e Bydlowski (2002) identificam essa condição de permeabilidade entre afetos conscientes e inconscientes como transparência psíquica, a partir da qual o bebê pode ser representado por conteúdos e fantasmas reprimidos que retornam do passado. O filho precisa ser imaginado ao longo da gestação para que

seja investido como real após o nascimento. A gravidez é a possibilidade de exercício psicológico para que os pais experimentem o bebê dentro de si para que ele possa ser percebido em sua alteridade, como outro (Brazelton & Cramer, 1992).

A polaridade amor-ódio manifesta pulsões construtivas e destrutivas da mulher. Rena, Romagnoli e Lima (2014) resgatam a concepção freudiana sobre feminilidade e maternidade, na qual ser mãe solucionaria a castração feminina, ao colocar o bebê no lugar do falo perdido. Na vertente fálica, a gravidez poderia solucionar, em parte, o narcisismo para a mulher. Pois, como ressalta Zucchi (2000), o filho representa o paradoxo entre ser a extensão da mãe e a radicalidade de ser outro, concomitantemente. Assim, a destrutividade pode ser dirigida por temores diante do estranhamento e assumir caráter melancólico ante a irreversibilidade da posição materna.

Moura (2013) explica a ambivalência como estruturante das relações objetais, na medida em que amor e ódio figuram-se por meio da fusão e da separação com o outro. Segundo a autora, a ambivalência materna coloca o filho ora como suplente fálico, ora como operador da castração. A maternidade impõe à mulher o confronto com a falta diante da completude ilusória, com a impossibilidade de satisfação plena, com o real.

Para Solano-Suarez (2014), algumas mulheres experimentam a gravidez como um período gerador de angústia no qual identificam o filho como o estrangeiro, como uma parte rejeitada em si mesmas. Marcos (2017) aborda o sofrimento na gravidez como uma manifestação de sombra na maternidade, na medida em que ela não solucionaria a castração, mas evidenciaria o furo, o ilusório abarcamento do real pelo simbólico.

Para Zucchi (2000), o afeto deprimido ou melancólico na gestação aponta para o sentimento de perda de si, para o trabalho de luto da posição da mulher-filha para a posição da mulher-mãe. Há ainda a

condição do filho real enquanto um corpo familiar, porém, desconhecido, gerando sentimento de estranheza e ameaça, e, conduzindo a mulher a também realizar o trabalho de elaboração sobre o filho gestado. Ocorre uma reorganização global da subjetividade feminina, podendo fazer emergir traços infantis recalçados e retornar à posição de desamparo originário.

A autora sublinha que as alterações corporais que derivam da gestação de um filho criam marcas profundas no psiquismo da mulher. Como o maior dos rituais de passagem, o período gestacional impetra a impossibilidade de volta ao estado anterior de não mãe, e, impõe a assustadora e inexorável condição materna. Sentimentos de angústia e dúvidas podem ser componentes da dinâmica melancólica relativa à depressão na gravidez.

Tomaremos o humor deprimido em muitos de seus matizes de manifestação. Consideraremos desde o sentimento de tristeza, e, alterações de apetite e de sono, até a gravidade da depressão enquanto entidade nosográfica da psiquiatria. Diagnosticada ou não como patologia, adotaremos, conforme Zucchi (2000), a compreensão sobre os estados deprimidos como efeito do processo subjetivo relativo à maternidade e não, como a revelação de uma estrutura melancólica.

Em pesquisas sobre a maternidade, a autora concluiu que mesmo em gravidezes planejadas, a mulher pode experimentar depressão e sentimentos de estranheza inéditos em sua trajetória de vida. Não é necessário, portanto, uma determinada estrutura psíquica para que ocorram esses episódios de angústia, bem como não é possível caracterizar um quadro melancólico sustentado por esses episódios.

Silva (2014) elucida que a gravidez é um período de grande prevalência de transtornos mentais na mulher, sobretudo a depressão. As alterações podem ser percebidas pelo humor rebaixado; por dificuldades em falar, andar e manter relações sociais; pela irritabilidade, lentidão e labilidade emocional; por pedidos de ajuda e ideias suicidas. A autora

destaca que a questão da maternidade potencializa o estresse de forma multifatorial, relacionando-se a fatores orgânicos, hormonais, conjugais, familiares, socioculturais e subjetivos da mulher. Há, por isso, dificuldade em detectar e tratar essa demanda de maneira adequada.

As consequências da depressão gestacional podem afetar a saúde da mãe e do bebê por meio de mecanismos de fuga como a diminuição ou o aumento extremo da ingestão alimentar, maior consumo de álcool e demais drogas, insônia, não adesão ao pré-natal, podendo acarretar baixo crescimento e peso fetal, prematuridade e mortalidade neonatal. A abrangência desse tema alcança o campo da saúde pública, e, a importância em desvendar os significados e as reais necessidades de cuidado nessa fase deveria ser de interesse de todos.

Simas, Souza e Scorsolini-Comin (2013) entrevistaram mulheres durante a gravidez e identificaram que dentre as transformações que ocorrem em nível biológico, social e psicológico, a prioridade destacada pelas gestantes foi a disponibilidade emocional do cônjuge. Elas relataram que o apoio e a atenção do marido foram fundamentais para que pudessem suportar inseguranças, inexperiência e ambivalências desse período. Os autores afirmam que a paternidade iniciada antes do nascimento proporciona o envolvimento afetivo do homem com a mulher e com o filho, favorecendo a criação de vínculos familiares saudáveis.

Fiterman e Moreira (2018) identificaram múltiplas possibilidades para a transição para a paternidade. Para as autoras, fatores como os graus de planejamento e de desejo irão influenciar o processo de transformação do homem ao se tornar pai ainda durante a gravidez, atravessando contínuas mudanças na construção do relacionamento entre ele e seu filho.

A função do pai do bebê durante a gestação é determinante na redução da ansiedade e medos maternos. O desejo paterno pelo filho gestado e o sentimento da mãe em ser amada pelo marido, enquanto mulher, influenciam o processo de subjetivação da criança e reduzem a



sobrecarga referente às tarefas da maternidade (Gomes; Marin; Piccinini & Lopes, 2015). Nesse sentido, o contexto promovido pelo laço conjugal bem estruturado torna-se fundamental para a vivência materna de emoções positivas durante a gravidez.

No paradigma winnicottiano, para que a mãe acolha o bebê, ela precisa também de um ambiente favorável para além de suas condições intrapsíquicas. Silva (2016) retoma essa concepção, considerando que o primeiro papel do pai será fornecer o continente afetivo para a díade mãe-bebê, garantindo-lhes noções de segurança e continuidade. Sustentando o estado materno de gestação, contemplando desafios e ansiedades desse momento, o pai cumpre a função de assegurar proteção e cuidado à mulher, ao filho e às relações dentro da família.

Contudo, o vínculo conjugal pode estar fragilizado antes da gestação, podendo ser desfeito em meio às demandas parentais constituídas a partir da gravidez. Segundo Magalhães e Féres-Carneiro (2011), as exigências da parentalidade evidenciam o desamparo dos cônjuges, rompendo com a ilusão de completude e pondo em risco a sobrevivência psíquica do casal conjugal. Dessa forma, quando a dimensão da conjugalidade não é bem estruturada e demarcada, a construção da dimensão parental pode ser comprometida. O casal que espera um bebê, momento de origem da família, é responsável pelo desenvolvimento das funções psíquicas que promoverão estabilidade e segurança aos seus membros: continência, ligação e transformação, como postula Eguer (1998).

Palermo, Magalhães, Féres-Carneiro e Machado (2016) retomam a noção winnicottiana de ambiente facilitador, compreendendo a conjugalidade dos pais como parte fundamental para o desenvolvimento psíquico do filho. As autoras destacam que a qualidade da relação entre os membros do casal será a origem para a maturidade emocional dos descendentes. Um espaço transicional conjugal imaturo prejudicará as trocas intersubjetivas entre os membros da família e poderá comprometer

o desenvolvimento e provocar o esmaecimento do potencial criativo do filho.

Nos casos em que os cônjuges apresentam fragilidade nas identidades individuais e, portanto, vulnerabilidade na identidade conjugal, as funções parentais que sustentarão a formação da família poderão encontrar dificuldades no seu desenvolvimento. Ademais, em um contexto social em que percebemos sofrimento decorrente de sentimentos de solidão, desamparo e insegurança, como apontam Oliveira, Resstel e Justo (2014), a prevenção e o tratamento a essa demanda podem ser ainda velados ou subestimados.

Quando a gravidez constitui-se como um período de fragilidade física e psíquica, em que a mulher demanda relações de cuidado e amparo, faz-se necessário compreender as dinâmicas conjugais e as vivências emocionais que ocorrem nessa fase. Para tanto, o objetivo deste trabalho consistiu em investigar os afetos vivenciados, durante a gestação, por mulheres que se separaram na transição para a parentalidade.

### **3.1**

## **MÉTODO**

### **3.1.2**

#### **Participantes**

A fim de investigar a vivência feminina do processo de separação conjugal na transição para a parentalidade, foram entrevistadas 12 mulheres pertencentes às camadas médias urbanas da cidade do Rio de Janeiro, heterossexuais, que tinham coabitado com o pai do seu primeiro

filho por ao menos dois anos, com idades entre 30 e 40 anos e que tinham se separado há, no mínimo, dois anos e, no máximo, cinco anos. O período de maior tensão conjugal varia da gravidez até o vigésimo quarto mês do bebê, podendo gerar uma crise na conjugalidade (Curran; Hazen; Jacobvitz & Sasaki, 2006). Assim, foi critério de inclusão das participantes que elas tenham se separado durante esse período.

### **3.1.3**

#### **Instrumentos e procedimentos**

Foi utilizada uma Ficha Biográfica e realizada uma entrevista que teve como base um roteiro oculto semiestruturado, contemplando temas concernentes ao objetivo do estudo. As entrevistas foram realizadas individualmente, gravadas e transcritas. Para a análise do material obtido, foi utilizado o método de análise de conteúdo, na sua vertente categorial, tal como proposto por Bardin (2016).

### **3.1.4**

#### **Cuidados éticos**

O projeto que deu origem a este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição onde o estudo foi desenvolvido (Parecer 003D/2017). Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tendo autorizado o uso dos resultados da investigação em ensino, pesquisa e publicação, preservadas suas identidades.

### 3.1.5

#### **Análise e discussão dos resultados**

A partir das narrativas das entrevistadas, emergiram três categorias de análise referentes aos afetos por elas vivenciados: *conflitos conjugais pré-existentes, tristeza e depressão gestacional e vivências de rejeição*.

### 3.2

#### *Conflitos conjugais pré-existentes*

A maioria das entrevistadas mencionou uma intensa vivência de insatisfação com a relação conjugal, durante o período gestacional. Ressaltaram que foi uma fase difícil, de crise na conjugalidade, caracterizada por suspeitas de infidelidade dos maridos, falta de companheirismo e de cuidados com ela e com o bebê. Observamos que no caso de algumas, foi a partir da gestação que puderam de fato entrar em contato com aspectos de seus maridos anteriormente negados, evidenciando a própria fragilidade da relação.

*Durante a gravidez ele começou a me tratar mal. Ele vivia falando que eu tava gorda, feia, que não me cuidava. Ainda bem que eu descobri tarde (gravidez), porque foi a pior fase da minha vida. Ali a nossa relação começou a desandar (...) Eu comecei a desconfiar de traição e fiquei muito mal. Hoje eu vejo como eu fiquei mal. (Participante 4)*

*Eu não sabia o que ia ser, o que ia acontecer e ao mesmo tempo, eu tava conhecendo mais o pai da minha filha e ficando horrorizada. E o medo da gravidez em si, né? (...) Só depois que eu engravidei que eu vi que ele era usuário de cocaína frequente. (...) Eu amava ele de uma forma louca, que não é normal. Acho que era só uma paixão louca que tava chegando no final, mas só que eu engravidei. (Participante 5)*

*A gente já tava naquele esgarçamento do relacionamento, já tinha quase dez anos, eu pensando profundamente, refletindo o ano inteiro sobre terminar com ele, mas eu tava elaborando esse término internamente, sem ter condições de terminar de fato. Eu sabia que aquele relacionamento não ia durar. (Participante 6)*

*Quando eu engravidei, ele não aguentou a barra e foi se afastando. (...) Desconfiei que ele tava me traindo porque ele continuou trabalhando com festa à noite e, sabe como é, né? Fiquei no chão. (...) Queria agradar ele, mas com o tempo vi que seria impossível. (Participante 7)*

*O cara não tinha muita iniciativa, era só eu cuidando de tudo. (...) A nossa relação também já não tava legal. Era muito zelo, muito cuidado que eu tinha com ele, eu virei mais mãe que mulher. (Participante 12)*

Como pudemos perceber nas falas, as mulheres relataram que a gravidez evidenciou a vulnerabilidade do laço conjugal, ressaltando que

os maridos não foram bons companheiros durante a gestação. Segundo as entrevistadas, o comportamento deles foi percebido como um desinteresse conjugal, fazendo com que elas também desinvestissem do casamento. Podemos pensar que o fato de elas terem deixado de se sentir desejadas e amadas enquanto mulheres, conforme explicam Gomes, Piccinini e Lopes (2015), pode ter contribuído para as dificuldades durante a gravidez, sobretudo, para o aumento de vivências afetivas desvitalizadoras.

Nesse sentido, ao não encontrarem um companheiro para compartilharem a construção do bebê imaginário, as mulheres parecem ter se sentido sozinhas na preparação psicológica do casal parental para a chegada do bebê (Brazelton & Cramer, 1992). Na visão delas, os homens não realizaram o trabalho psíquico compartilhado de construção do bebê interno. Assim, podemos pensar que a falta de investimento paterno no bebê imaginário pode ocasionar dificuldades para a mulher na fase de gestação e mesmo após o nascimento.

Podemos entender que o papel paterno de fornecer um ambiente afetivo capaz de acolher, proteger e assegurar a continuidade da dupla mãe-bebê, conforme ressalta Simas, Souza e Scorsolini-Comin (2013), não foi bem realizado. As narrativas evidenciam a importância de as mulheres terem apoio de seus companheiros já nesse período inicial, possivelmente sendo continente das fragilidades psíquicas naturais desta fase. O estado materno de gestação não foi, portanto, sustentado pelo parceiro, tendo como efeito o aumento da ambivalência da mulher em relação ao bebê, a si mesma e ao casamento. Como podemos verificar no trecho destacado.

*Eu gostava muito da nossa vida de ‘vamos viajar, vamos fazer e acontecer!’ E aquela responsabilidade no relacionamento foi acabando com tudo. (...) Aí eu fiquei bem ‘deprê’, eu fiquei bem ‘deprê’ mesmo. Não foi fácil. Isso me gerou uma insegurança muito*

*grande. (...) Eu tava feia, não podia fazer nada e ele podia fazer o que quisesse. Ele tava livre e eu não. Isso gerou uma inveja, uma raivinha dele. (...) Raiva por eu ter que ser a grávida. Por que não podia ser ele? Eu não curti nada. Eu cheguei a pensar: 'se eu tiver atravessando a rua e um carro me pegar, eu ia gostar'. Eu nunca tinha tido um pensamento assim na vida. (Participante 3)*

A partir das falas, constatamos também que o casal conjugal apresentou dificuldades de sustentar a criação do casal parental, ou seja, de realizar reformulações no acordo relacional. A ilusão conjugal de irresponsabilidades e de tudo ser possível parece ter sido rompida com o início da gravidez.

Fragilidades conjugais foram potencializadas com a gestação, ameaçando a permanência do casal diante da construção de uma nova parceria exigida pela parentalidade. Esses dados podem ser compreendidos a partir dos resultados encontrados por Magalhães e Féres-Carneiro (2011) acerca da interdependência entre as dimensões da conjugalidade e da parentalidade e, sobretudo, de situações em que a primeira sucumbe às demandas da segunda.

Não foi construído um ambiente facilitador com base no espaço transicional conjugal, tal como conceituado por Palermo, Magalhães, Féres-Carneiro e Machado (2016). A imaturidade emocional dos cônjuges obstruiu as trocas parentais que se iniciam durante a gravidez, repercutindo na formação da díade mãe-bebê e na formação da família.

### **3.3**

*Tristeza e depressão na gravidez*

Concebidas à posteriori, as narrativas destacadas a seguir relatam uma gradação na manifestação de humor deprimido experimentado ao longo da gravidez. A maioria das entrevistadas relatou que durante esse momento, os afetos e vivências mais presentes estavam relacionados à impaciência, isolamento, insegurança, tristeza, até mesmo depressão e ideias suicidas.

*Eu acho que eu fiquei bem impaciente durante a gravidez.  
(...) Me isolei um pouco, me afastei dele (do marido), sei lá.  
(Participante 1)*

*Fiquei muito perdida, sabe? Me senti um pouco pesada assim. Era muita incerteza sobre o futuro. Mas era muito amor também. Eu fiquei muito estressada porque era muita responsabilidade em cima de mim. (...) Rolou um clima de insegurança, sabe? (Participante 5)*

*Foi uma coisa muito terrível pra mim. (...) Então ali eu entrei numa depressão profunda. Eu tive depressão gestacional com risco de suicídio. Foi muito ruim. Meu pré-natal foi complicado porque eu perdia as consultas, eu não conseguia sair de casa, não conseguia sair da cama. (...) Mas eu tava numa crise tão profunda que eu entrei na maternidade sem saber se eu sairia com a criança de lá. Não sabia se deixaria o bebê com ele e terminaria tudo ali. Eu entrei louca na maternidade. (Participante 6)*

*Nessa fase eu acho que tava em depressão profunda. Eu só queria ficar no quarto escuro e nem deixava as minhas*



*amigas entrarem pra me ver. (...) Tive que ir ao psiquiatra e fazer terapia durante a gravidez. (Participante 7)*

*Foi uma gravidez bem difícil porque eu enjoei muito, tive que interromper os meus estudos. Eu passei os nove meses vomitando, umas três vezes por dia. Muito ruim. Fiquei nove meses passando muito mal. Física e emocionalmente foi bem complicado pra mim, tive momentos bem complicados. (Participante 12)*

As falas evidenciam uma experiência negativa da gravidez, na qual estavam presentes formas de sofrimento que levaram à regressão e ao isolamento das entrevistadas. Elas relataram o distanciamento do cônjuge, de amigos e de atividades sociais durante a gestação. O movimento de regressão que possibilitou o acesso a conteúdos inconscientes foi também estudado por Bydlowski (2002) como uma condição da mulher grávida que, ao fantasiar sobre o filho, acessa conteúdos pré-edípicos e reedita a própria infância. Esse movimento parece ter sido vivenciado pelas entrevistadas como um retorno à posição de desamparo originário, acentuando-se quando não encontraram continência no ambiente conjugal, revelando fragilidades e medos diante do ineditismo da maternidade, e em relação às bases que tinham construído suas vidas.

Para além do trabalho de luto da transição da mulher-filha para a mulher-mãe, identificado por Zucchi (2000) como principal gerador do afeto deprimido na gestação, podemos marcar ainda o trabalho de luto da relação conjugal como catalisador do sofrimento vivenciado pelas participantes durante a gravidez. Ao desinvestirem no relacionamento amoroso, elas podem ter potencializado os sentimentos de ameaça e de

despersonalização, sendo imersas na condição de desamparo emocional nesse período.

A tristeza e a depressão durante a gravidez podem ser compreendidas como a expressão da perda da ilusão de completude relacionada à beleza, à juventude e à satisfação conjugal absoluta. As entrevistadas parecem ter sido levadas a perceber a impossibilidade de uma relação parental sem parceria, tendo sido confrontadas pelo trabalho de amadurecimento psíquico posto pela gestação e desconstruindo defesas que pareciam negar a passagem do tempo e a falência conjugal.

### 3.4

#### *Sentimento de rejeição*

As falas apresentam insatisfações conjugais das mulheres em relação à falta de apoio dos maridos durante a gravidez. As transformações corporais desse período eram impostas, despertando rejeição em relação às naturais consequências desse estado, como o aumento de peso. Percebiam seus maridos vivendo uma antiga vida, já conhecida e “dominada”, portanto, sem surpresas e incertezas, da qual não conseguiram se despedir, nem se disponibilizarem para uma transformação.

*A gravidez não era desejo de nenhum dos dois. Mas, na minha cabeça não tinha a menor possibilidade de eu não ter o L., até porque eu sempre quis ser mãe. (...) Antes a gente saía e bebia todas. Depois da gravidez, só ele continuou bebendo, né? Eu tive muito ciúme dele, eu ligava e ia atrás dele na rua. Era como se o filho me prendesse a ele. Aí teve uma hora que eu aceitei ser mãe solteira. (...) Não*

*existe a obrigatoriedade de ficar com ninguém. (Participante 3)*

*Ele nunca foi a uma ultra ver como tava o filho dele, ele não me acompanhava a médico, a lugar nenhum. Ele ficou muito distante na gravidez. Ele continuou com a vida dele normal e nem tava aí pro que eu tava sentindo. (Participante 4)*

*Eu não ia nas ultras e a minha autoestima desapareceu. Eu via o meu corpo mudando e foi bem difícil porque eu malhava e treinava muito. Fiquei me sentindo mal, gorda, feia.. Não foi fácil. Fiquei muito insegura sobre o futuro das nossas vidas. (...) Ele não queria ter filho. Acho que como o pai rejeitou o filho, eu tava rejeitando também. Eu tentava mas, não tava feliz com aquilo tudo. A gente vê as grávidas felizes, como se tivessem sonhando e parecia que eu tava vivendo um pesadelo. (Participante 7)*

Como é possível observar, as narrativas das participantes ressaltaram o sentimento de rejeição do marido em relação ao filho gestado e a elas mesmas. Uma delas afirma que a rejeição do marido levou à rejeição dela própria ao seu filho. Podemos considerar que as mudanças na rotina da mulher grávida não foram acompanhadas por alterações na rotina do marido.

Considerando a gravidez, como uma fase em que o desconhecido é representado pelo bebê e a mãe pode significá-lo como uma parte estranha em si mesma, conforme analisa Solano-Suarez (2014), a rejeição do pai pode ter aumentado a sensação do filho como parte estrangeira e negada da própria mulher, enquanto mãe. Dessa forma,

elas podem ter experimentado a ambivalência entre desejar e rejeitar o próprio filho, talvez ainda guiadas pela intenção de recuperar a relação conjugal e o estado de mulher-filha.

O sentimento de rejeição pode ainda ter feito emergir aspectos psíquicos negados e desintegrados das entrevistadas, como descreve Moura (2013). Podemos pensar que elas se identificaram com a polaridade de ódio em relação ao filho, ao localizarem nele a razão pela falência conjugal. A rejeição ao filho como limitador de sua liberdade e como causador de conflitos conjugais pode ter sido ancorada pela rejeição do marido à dupla mãe-bebê.

Contudo, as falas apontaram para transformações que ocorreram primordialmente nas vidas das mulheres durante a gravidez. Até esse momento, as entrevistadas não apontaram para modificações realizadas no cotidiano de seus ex-cônjuges como forma de compartilhar as idas aos exames pré-natais ou mesmo as saídas com amigos. Ao contrário do que afirmam Fiterman e Moreira (2018) sobre a transição para a paternidade, as mulheres relataram que os maridos não foram significativamente transformados pela nova posição de pai, nem no que diz respeito a mudanças subjetivas, nem pelo reconhecimento de novas funções durante a gestação.

### 3.5

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as narrativas analisadas, podemos compreender a vivência da gravidez como uma fase de múltiplos lutos, por meio dos quais, as entrevistadas descortinaram realidades antes encobertas. As participantes relataram um período em que atravessaram profunda transformação psíquica, experimentando afetos difíceis e entrando em

contato com aspectos de suas personalidades no caminho da elaboração da maternidade e do abandono da posição de filhas.

Os relatos destacaram que houve uma mudança nas mulheres que não foi acompanhada pelo amadurecimento da relação conjugal, cuja característica predominante era a manutenção de sensações como menos responsabilidade, liberdade individual e constante satisfação. Elas identificaram falta de parceria e de companheirismo com os parceiros, apontando para dificuldades de o casal conjugal suportar as transições do ciclo vital e as implicações de ser um casal parental.

Esperar por um filho parece ter significado para elas inicialmente uma ameaça, o fim do estilo de vida em que se apoiavam, na medida em que se sentiram limitadas e perceberam que a gravidez exigiria o desinvestimento das concepções de casamento, de vida e de seus padrões anteriores e idealizados de ser.

As participantes contaram terem percebido uma vulnerabilidade conjugal durante a gestação, o que nos leva a considerar a concomitante vivência de luto da relação amorosa neste momento. A conjugalidade imatura e frágil parece não ter resistido às exigências impostas pela parentalidade. Os maridos não cumpriram a função de continência para as mulheres e o casal não funcionou como ambiente facilitador e promotor de saúde para a gestação e para a formação de uma família.

Elaborar o fim do lugar da mulher-filha, o fim de um casamento e a falha em constituir uma família pareceu um trabalho psíquico insuportável para as entrevistadas, o que contribuiu para avaliarmos o fenômeno da depressão na gravidez não como distúrbio ou transtorno intrapsíquico exclusivos da mulher, mas, abarcando aspectos relacionais que compuseram a realidade em que viviam. Entender o contexto em que essas mulheres constroem o novo lugar de mãe é fundamental para desconstruirmos a idealização sobre a maternidade e reconhecermos as dificuldades por elas experimentadas na situação estudada. Romantizar esse período pode ser uma armadilha às demandas de cuidado e uma

barreira aos pedidos de ajuda ao longo de todas as transformações atravessadas. O tempo de gestação pode acontecer em diferentes arranjos conjugais, familiares e sociais, podendo assumir variados significados e devendo ser legitimado em todas as suas manifestações.

Mostrou-se importante a ampliação sobre a atenção e o tratamento a mulheres grávidas, considerando o contexto familiar e subjetivo, evitando a atribuição de culpa ou julgamento sobre elas. O período de extrema sensibilidade e transparência psíquica pode colocá-las diante de conteúdos de difícil elaboração e expor suas identidades a situações excessivamente delicadas.

O sentimento de rejeição em relação a si mesmas e aos seus filhos, vindo daquele que seria o primeiro suposto a realizar as tarefas de proteção e cuidado, parece ter exercido impacto incapacitante no período de gravidez de algumas entrevistadas. Ficou evidente a necessidade de acolhimento, escuta e cuidado das mulheres que ofereçam a possibilidade de metabolizar as dores psíquicas desse período. É fundamental a constante atualização de profissionais que lidem com o fenômeno da maternidade, sobretudo os que atendem às demandas afetivas, na direção de desnaturalizarem e livrarem-se de preconceitos relativos ao processo de se tornar mãe e de transformações na conjugalidade.

O afeto deprimido, como uma tristeza profunda relacionada às fragilidades psíquicas da identidade e da relação conjugal, que parecem ter contribuído para os quadros de depressão gestacional, emergiu como o aspecto mais significativo nas narrativas, conduzindo as investigações sobre esse tema e suas possíveis relações com a posterior separação. Esse estado emocional pode ser compreendido como uma dificuldade durante a gravidez, mas, por outro lado, também pode ser uma manifestação das mulheres na direção da saúde psíquica, conjugal e parental. A manutenção da gravidez, mesmo sem o apoio do parceiro,

pode indicar a busca por maturidade emocional e continuidade psíquica através do exercício do novo papel de mãe.

Desta forma, estudos futuros podem aprofundar essa temática a fim de melhor compreender esse fenômeno em diversas configurações conjugais e familiares. Em outros trabalhos da pesquisa, investigamos a dinâmica conjugal antes e durante a transição para a parentalidade, e, as transformações após a separação, sob a ótica das mulheres.

4.

## FILHO SEPARA? CUIDADOS NA PRIMEIRA INFÂNCIA E MOTIVAÇÕES PARA A SEPARAÇÃO CONJUGAL

### Resumo

Este estudo é parte de uma pesquisa mais ampla sobre a separação na transição para a parentalidade. Teve como o objetivo investigar as repercussões do nascimento do primeiro filho do casal na decisão pelo fim da relação conjugal, a partir da perspectiva feminina. Foram realizadas 12 entrevistas semiestruturadas com mulheres das camadas médias cariocas, entre 30 e 40 anos de idade que se separaram há, no mínimo, dois anos, no período de zero a dois anos de idade do primeiro filho. Para a análise dos dados foi utilizado o método de análise de conteúdo, na sua vertente categorial. Das narrativas das entrevistadas emergiram duas categorias de análise: *filho e primeiros cuidados e motivações para a separação*. A maioria das entrevistadas relatou uma experiência satisfatória na relação com o filho, relacionando-a à decisão pelo rompimento conjugal. Os resultados encontrados mostraram que a transição para a parentalidade transformou aspectos da conjugalidade. O vínculo de amor formado entre a mãe e o bebê parece ter influenciado na decisão pela separação.

### Palavras-chave

Conjugalidade; parentalidade; separação.



## Abstract

This study is part of a wider research on separation in the transition to parenting. It aimed to investigate the transformations of family relationships after the birth of the first child. Twelve semi-structured interviews were carried out with middle-aged women in Rio de Janeiro, between 30 and 40 years of age, who separated for at least two years, from zero to two years of age of the first child. The meanings and repercussions of the birth of the first child in the marital relationship were discussed, starting from categories *first care* and *motivations for the separation*. The content analysis method was used to analyze the data. Most of the interviewees reported a satisfactory experience in the relationship with the child, relating it to the decision to separate. The results found led us to consider that the transition to parenthood has transformed aspects of the conjugality. The bond of love formed between the mother and the baby seems to have been a determining factor in the separation decision.

## Keywords

Conjugality; parenthood; marital separation.

Casar e ter filhos são períodos característicos de crise no ciclo vital da família. A experiência do primeiro filho, especialmente, apresenta-se como um período de profundas transformações vividas pelo casal. A parentalidade e a conjugalidade passam a coexistir, exigindo a renegociação de novos papéis, funções e responsabilidades para ambos os cônjuges (Duarte & Zordan, 2016).

Para Minuchin e Nichols (2009), o nascimento do primogênito influencia radicalmente o relacionamento do casal, na medida em que são modificadas as tarefas individuais e reorganizadas as interações emocionais. A chegada do terceiro membro na dinâmica familiar transforma as dimensões subjetivas e práticas da díade inicial. Segundo Moffette (2014), a transição para a parentalidade provoca estresse conjugal, caracterizado pelas particularidades dos cônjuges e do contexto social em que a família está inserida.

Na perspectiva de Barbiero e Baumkarten (2015), a crise é inerente ao processo de transição para a parentalidade. Mesmo que haja uma sólida identidade conjugal, desejo e planejamento do filho, companheirismo, compreensão e diálogo, nenhum casal passa incólume por essa etapa do ciclo vital. As mudanças e renúncias são comuns e o que varia são as estratégias escolhidas para superar as dificuldades.

Estatísticas referidas por Durtschi, Fincham, Cui, Lorenz e Conger (2011) mostram que 40% a 70% dos casais no início da parentalidade relatam concomitante queda na satisfação conjugal. Hintz e Baginski (2012) constataram recorrente aumento da insatisfação conjugal durante esse período, por parte de homens e mulheres. Como causas mais recorrentes para a separação estão a imaturidade dos cônjuges diante das dificuldades da relação e a traição masculina.

Entretanto, Langaro e Pretto (2015) verificaram que são as mulheres que ainda atravessam maior sofrimento em decorrência da maternidade e das dificuldades encontradas em seus casamentos. Solmeyer e Feinberg (2011) afirmam que ocorre insatisfação conjugal

quando a mulher percebe injustiça na divisão de trabalho com a casa e com o filho. Esse equilíbrio é esperado por elas na medida em que os dois parceiros têm carreira profissional e papel conjugal, adicionados ao papel parental. Lopes, Dellazzana-Zanon e Boeckel (2014) indicam que a parentalidade pode representar para mulher uma ameaça à profissão e ao casamento, prejudicando sua autoestima e desenvolvendo sentimentos de insegurança e ambivalência.

Ainda que grande parte das esposas atue no mercado de trabalho e participe das despesas da casa, Souza e Guedes (2016) constataram que não houve redução nas tarefas domésticas e nos cuidados com os filhos para significativa maioria de mulheres. Com inúmeras tarefas a serem cumpridas, é razoável a sensação de imperfeição, de fracasso ou, ao menos, de insucesso em todas elas. O êxito total surge como ilusório e a concomitante culpa assola a realidade feminina (Badinter, 2011).

A insatisfação das mulheres não sucede somente das questões práticas que envolvem o cotidiano familiar. Essa organização complexa composta por serviços básicos, divididos de forma injusta, e o decréscimo do romantismo, percebido com a chegada do filho, colidem com as expectativas femininas iniciais. Majoritariamente motivadas por uma visão idealizada do amor conjugal, são elas as mais frustradas ao encontrarem problemas ao longo desse percurso. Dias (2000) verificou que as mulheres apresentam dificuldades em superar ideais românticos internalizados. Para a maioria delas, o casamento vivenciado não corresponde ao esperado, já que a realidade matrimonial e maternal implica em enfrentar circunstâncias inesperadas. Reconhecem também que o dia a dia do relacionamento inibe o romantismo e a paixão constantes, fazendo com que tenham que abdicar do sonho de serem “felizes para sempre”.

O casamento e a maternidade ameaçam os ideais de liberdade e igualdade absolutas, reivindicados pelos jovens. Ter um filho evidencia diferenças biológicas entre os sexos. As transformações no corpo, na

identidade, nas tarefas e a quebra da ilusão do conto de fadas podem conduzir o casal à ruptura da conjugalidade. Segundo Dias (2000), as mulheres usam variados artifícios para a manutenção do casamento e buscam o diálogo até o esgotamento de alternativas que possam culminar com o término do laço amoroso. A deliberação pelo divórcio inclui ponderações sobre circunstâncias socioculturais, econômicas, familiares, individuais, emocionais, relacionais, entre outras.

Segundo Féres-Carneiro (2011), a separação, processo no qual se experimenta um sentimento de morte, pode acarretar um período de luto maior do que o de luto por morte. Em investigações sobre o tema, a autora observou que o desejo e a tomada de decisão pela separação são predominantemente femininos. A insatisfação conjugal feminina pode estar relacionada às críticas a modelos conservadores de relacionamento, tornando as mulheres mais propensas a conversas e a mudanças, de maneira geral.

Em revisão sistemática da literatura sobre o luto em separações amorosas, Neves (2015) considera que a escolha amorosa, a estrutura e a dinâmica familiares, e o padrão conjugal caracterizarão o processo de luto pela separação. Segundo a autora, a intensidade da intimidade forjada pelos cônjuges será diretamente proporcional à força do sofrimento experimentado pelo fim do laço conjugal.

Féres-Carneiro (1995, 1997), analisando concepções femininas e masculinas sobre casamento, verificou que os homens o definem como formação de família e as mulheres, como relação amorosa, majoritariamente. A autora explica que a insatisfação conjugal feminina é frequentemente compreendida como motivação para a separação, caracterizando também a crescente demanda pelos rompimentos.

Estatísticas do Registro Civil (IBGE, 2014) indicam que a taxa de divórcios aumentou 161, 4% do ano de 2004 ao ano de 2014. Não estão, entretanto, incluídas nesse censo as separações de casais que não acessaram os serviços da justiça. Os rompimentos conjugais são cada

vez mais comuns, apontando para a fragilização das vinculações amorosas e para a mercantilização sexual e matrimonial (Goldenberg, 2010).

Ávila, Ávila e Paula (2017), em estudo sobre atitudes e emoções associadas a causas de separação, verificaram que o individualismo, a desvalorização da família, o consumo abusivo de álcool e drogas, a violência doméstica e a traição masculina são fatores de risco para o divórcio. Os autores ressaltam que a grande dificuldade para a manutenção conjugal reside na falta de reconhecimento do desejo do outro e na incapacidade em renunciar a estados de bem-estar transitórios, impedindo a constituição de laços de cumplicidade. Os casais seriam aproximados por afinidades superficiais, o que prejudica a formação da identidade conjugal, da dimensão criativa comum a dois, da conjugalidade propriamente dita.

Podemos pensar que o fenômeno da separação está atrelado às características das relações amorosas contemporâneas que são, por assim dizer, relações balizadas em profundo investimento afetivo e, portanto, por fortes e possíveis expectativas idealizadas. Em contrapartida, são também atravessadas pelo individualismo contemporâneo que estabelece tensões e conflitos entre o que pertence ao indivíduo e o que pertence à conjugalidade, podendo culminar no seu rompimento (Ávila; Ávila & Paula, 2017).

Para Féres-Carneiro (2003), assim como a união dos cônjuges demanda a construção de uma terceira identidade, a separação conjugal demanda a desconstrução dessa identidade e implica em redefinições individuais e transformações familiares. Duarte e Zordan (2016) compreendem a separação como um processo sistêmico complexo no qual o indivíduo é influenciado por diversas interrelações que o circundam. Em nível individual, o autor aponta para causas de separação relativas ao individualismo exacerbado, à busca feminina por realização pessoal e profissional e à traição masculina. Em nível social, ele aponta

para influências das famílias de origem e da rede social, do número e da idade dos filhos e da idade dos cônjuges nos conflitos que conduzem à dissolução da conjugalidade.

Em contrapartida, em entrevistas com pais desde a gravidez até o décimo oitavo mês do primeiro filho, Menezes e Lopes (2007) identificaram que os principais motivos que levam à separação não advêm exclusivamente da transição para a parentalidade. Para as autoras, o distanciamento dos cônjuges já havia iniciado antes de se tornarem pais e foram agravados pelas transformações subsequentes. Perceberam que a qualidade da conjugalidade repercute na parentalidade. Segundo Hameister, Barbosa e Wagner (2015), tanto os efeitos negativos quanto os positivos ressoam de uma dimensão para outra, caracterizando o efeito *spillover*.

Numa perspectiva psicanalítica, a mulher realiza um trabalho psíquico de confronto entre o bebê imaginário e o bebê real no nascimento. Fleck e Piccinini (2013) identificaram a prevalência de intensas cargas afetivas durante o processo de elaboração do filho recém-nascido. As mães atravessam confusão emocional e estranhamento até atingirem um nível adaptativo de consolidação do significado do bebê real. Os autores perceberam que no primeiro semestre de convivência mãe-bebê, a maioria das mulheres reconhece o nascimento do filho como um novo nascimento delas mesmas.

As primeiras interações dessa díade são acompanhadas por um estado de retraimento psicológico da mãe, a partir do qual ela seria capaz de se sensibilizar, se identificar e cuidar do filho. Winnicott (1988) nomeou esse estado como preocupação materna primária, referindo-se a essa capacidade de se responsabilizar e significar as demandas iniciais da vida, conduzindo ao desenvolvimento saudável do bebê. A temporalidade dessas experiências subjetivas está relacionada à alternância entre satisfação e falta, entre dependência e autonomia. Lima e Conti (2017) ressaltam que o cuidado e a frustração são as primeiras impressões que

a mãe imprime no bebê para que ele seja capaz de se sentir real, de agir e de criar no mundo.

Como função do pai e marido, Silva (2016) ressalta a importância em garantir um ambiente seguro para que a mãe se sinta capaz de fornecer continente ao bebê. Como níveis de proteção, o homem cuidaria da mulher, que cuidaria do bebê, suportando medos e ansiedades que envolvem os primeiros contatos dos pais com o primeiro filho.

Pereira e Alarcão (2014) definem que uma parentalidade minimamente adequada deve considerar a equação entre o futuro da família e o futuro dos filhos, a fim de que haja empenho no projeto de vida das crianças. Na concepção de Solis-Ponton (2014), o conceito de parentalidade abarca o estudo dos laços parentais e dos processos psicológicos neles envolvidos. Nessa perspectiva, essa dimensão reflete as características socioculturais de cada tempo, os fatores biológicos influentes, os cuidados práticos com a criança, as instâncias psíquicas individuais e as transmissões psíquicas geracionais, conscientes e inconscientes.

Consoante com as tendências sociais individualistas, a psicanálise se ocupou de estudar o desenvolvimento infantil com base nas interações intrapsíquicas entre a mãe e o seu filho. Zornig (2010) resgata a concepção freudiana sobre feminilidade e maternidade, na qual ser mãe solucionaria a castração feminina, ao colocar o bebê no lugar do falo perdido.

Silva e Queiroz (2017) enfatizam que o bebê não é um sujeito, mas um objeto diante da ambivalência materna, erotizado enquanto propriedade da mãe e fálico, enquanto solucionador da sua falta. As autoras apontam que o exercício da maternidade carrega o risco do abandono do marido pela mulher, na medida em que ela deixa de precisar do que buscava nele. Assim, a mulher tenderia a inviabilizar a entrada de um terceiro na relação entre dois, retornando à ilusão de completude originária.

Para além da resolução edípica, Schechter e Perelson (2017) consideram aspectos conscientes e inconscientes no desejo de ser mãe. Para as autoras, a gravidez é um momento em que as representações mentais da mãe sobre o bebê facilitam o acesso ao passado e a redução da barreira da censura. Assim como a mãe reativa o seu bebê interno, o homem também reedita suas identificações materna e paterna. Ao superar os modelos identificatórios, facilita-se o reconhecimento da alteridade do bebê, função da mediação paterna, já que o pai e o bebê estão separados desde a concepção. A entrada do pai na relação dual entre mãe e filho interrompe a ilusão de completude do bebê, funcionando como barreira ao incesto, abrindo espaço para a falta e possibilitando novos caminhos para o desejo de ambos (Parenti & Abeche, 2017).

A parentalidade, função exercida tradicionalmente pelas mães, vem sofrendo transformações e apresentando maior participação masculina. Castoldi, Gonçalves e Lopes (2014) chamam de “novo pai” o modelo de paternidade contemporâneo, no qual os homens participam mais efetiva e afetivamente dos cuidados básicos dos filhos. A paternidade deixou de ser somente sustento financeiro, segurança, poder e proteção.

Pais e mães, de maneira geral, encontram dificuldades na delimitação do espaço para o exercício da parentalidade, pois as funções parentais são menos valorizadas na atualidade. As relações de trabalho, fraternas e de amizade são privilegiadas em detrimento das relações parento-filiais, e, precisam ser modificadas com a chegada do bebê (Matos & Magalhães, 2014). No entanto, Silva, Souza e Scorsolini-Comin (2013) ressaltam que a gravidez e a maternidade são experiências que possibilitam o amadurecimento psíquico, integrando conteúdos e expandindo a personalidade dos pais.

Nesse contexto, o objetivo desse estudo foi investigar as repercussões do nascimento do primeiro filho do casal na decisão pelo fim da relação conjugal, a partir da perspectiva feminina.



## 4.1

### MÉTODO

#### 4.1.2

##### Participantes

A fim de investigar a vivência feminina do processo de separação conjugal na transição para a parentalidade, foram entrevistadas 12 mulheres pertencentes às camadas médias urbanas da cidade do Rio de Janeiro, heterossexuais, que tinham coabitado com o pai do seu primeiro filho por ao menos dois anos, com idades entre 30 e 40 anos e que tinham se separado há, no mínimo, dois anos e, no máximo, cinco anos. O período de maior tensão conjugal varia da gravidez até o vigésimo quarto mês do bebê, podendo gerar uma crise na conjugalidade (Curran; Hazen; Jacobvitz & Sasaki, 2006). Assim, foi critério de inclusão das participantes que elas tenham se separado durante esse período.

#### 4.1.3

##### Instrumentos e procedimentos

Foi utilizada uma Ficha Biográfica e realizada uma entrevista que teve como base um roteiro oculto semiestruturado, contemplando temas concernentes ao objetivo do estudo. As entrevistas foram realizadas individualmente, gravadas e transcritas. Para a análise do material obtido, foi utilizado o método de análise de conteúdo, na sua vertente categorial, tal como proposto por Bardin (2016).

#### 4.1.4

##### **Cuidados éticos**

O projeto que deu origem a este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição onde o estudo foi desenvolvido (Parecer 003D/2017). Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tendo autorizado o uso dos resultados da investigação em ensino, pesquisa e publicação, preservadas suas identidades.

#### 4.1.5

##### **Análise e discussão dos resultados**

Das falas das participantes emergiram as categorias *filho e primeiros cuidados*, e *motivações para a separação*, relativas às repercussões do nascimento do primeiro filho do casal na decisão pela separação conjugal.

#### 4.2

##### *Filho e primeiros cuidados*

Em contraposição às vivências de sofrimento durante a gestação, o nascimento do filho possibilitou uma vinculação inédita entre a mãe e o bebê que promoveu transformações na identidade das entrevistadas. Elas ressaltaram que, no cuidado com o filho, experimentaram o amor de

verdade, adquiriram novo sentido para a vida, se sentiram mais fortes e capazes para lidarem com decisões e adversidades.

*Quando eu olhei pra L., pela primeira vez, foi como se eu sentisse o amor de verdade, não que ela não tivesse sido feita com amor, foi sim, tanto que ele ama a filha até hoje. Mesmo na loucura dele, ele ama a filha. Mas o amor por ela fez eu me amar mais também. (Participante 5)*

*Mas quando o F. nasceu foi impressionante. Acho que quando nasce o filho, nasce a mãe. Ali se fez uma mágica. Ele me ajudou no processo de cura. Ele foi um aglutinador que foi dando sentido pra minha vida. Antes eu esquecia de tudo, depois, não tinha nada que faltasse no cuidado dele. Eu não tinha muito cuidado comigo, mas com ele. Eu não perdia mais uma consulta, um exame, uma troca de fralda, uma comida, nada. O caos foi se organizando. Eu cuidei dele sozinha nos primeiros meses. (...) Mas não tive depressão pós-parto por que não afetou os cuidados e a relação com o bebê. Foi uma coisa anterior. Quando ele fez um ano e meio, eu comecei a perceber que eu estava melhor. E ele foi um catalisador pra eu sair daquela crise. Eu amamentei dois anos e tinha um vínculo muito intenso, o que surpreendeu inclusive o pai dele. Ele me via daquela forma e achava que eu não ia dar conta dos cuidados e hoje, mesmo separados, ele reconhece isso. (Participante 6)*

Podemos constatar nas falas das participantes que a experiência da maternidade transformou a identidade das mesmas em vários aspectos. Ao constituírem a vinculação com o bebê, exercendo os

primeiros cuidados maternos e reconhecendo-se como mães, elas sentiram um fortalecimento da autoestima e da capacidade de enfrentar as dificuldades. A vivência de um vínculo amoroso, nunca antes experimentado, promoveu sentimentos de coragem e força, o que corrobora os resultados encontrados por Fleck e Piccininni (2013), como decorrências das primeiras interações mãe-bebê. Assim como os autores perceberam, a maioria das mulheres associou o nascimento do filho a um novo nascimento de si mesmo.

Percebemos que muitas das entrevistadas relataram que ficaram mais espertas, saíram da depressão (iniciada na gestação) e reencontraram novo sentido para seus destinos. Algumas delas atribuíram um caráter salvador à criança, significando o filho como responsável pelo reconhecimento das próprias potências, pelo resgate do amadurecimento e pela decisão do rompimento conjugal.

*A mulher fica muito fragilizada na gravidez e com um bebê pequeno. Ela precisa de cuidado e compreensão porque a gente surta mesmo. Mas eu fui meio superprotetora com o G., não deixava muita gente pegar ou dar banho.(...) Eu quis ser mãe, meio leoa, sabe? Fiquei mais esperta, mais sagaz.(...) acho que fui ficando mais forte. Me afastei de falsas amizades, de todos que vinham fazer fofoca sobre o pai dele. Comecei a pensar só em mim. (Participante 7)*

*Gostava de cuidar do F., me fazia bem e eu esquecia que o meu casamento tava falido.(...) Já não ligava tanto pra isso porque o meu filho era a coisa mais importante pra mim. Ele foi crescendo e eu fui vendo que dava pra levar uma vida só com ele. (Participante 9)*

As falas das participantes no nível manifesto evidenciaram que a posição materna intensificou o processo de amadurecimento e de expansão de sua personalidade, sugerindo que o laço construído entre elas e os seus bebês possa ter promovido um movimento de integração de aspectos psíquicos antes mais dissociados (Silva; Souza & Scorsolini-Comin, 2013).

Contudo, questionamo-nos se em uma análise no nível latente das narrativas poderíamos pensar se, em alguma medida, a relação entre mãe e filho promoveu de fato uma saúde emocional e o desenvolvimento de novas potencialidades, ou se operou como uma defesa. Estaria o filho ocupando o lugar de aplacamento das angústias, que antes pareciam ser depositadas nos maridos? Estariam elas formando um indiscriminado vínculo, que permaneceria escamoteando aspectos psíquicos desconhecidos das participantes?

Nessa perspectiva, poderíamos compreender a relação mãe-bebê como uma substituição do marido pelo filho. Nesse sentido, as mulheres trocariam o objeto, mas manteriam as defesas, evitando o contato com suas fragilidades. Uma relação simbiótica seria uma reedição da ilusão de completude e poderia funcionar como suplência fálica e tamponamento da falta, conforme postulam Silva e Queiroz (2017).

### 4.3

#### *Motivações para a separação*

As entrevistadas narraram que a reflexão sobre a insatisfação conjugal iniciara no período de gravidez, contudo, somente após o nascimento do filho obtiveram a certeza de que não permaneceriam casadas. Elas apresentaram variados fatores motivadores para a separação, os quais, na maioria dos casos, já estavam anteriormente

presentes no relacionamento conjugal, mas que depois se tornaram inadmissíveis. Dentre eles estão falta de admiração, de sintonia e de companheirismo; falta de planejamento comum para o futuro; infidelidade e individualismo dos maridos.

*No início ele me ajudou bem, dava banho, trocava fralda e botava pra arrotar. Disso eu não posso reclamar. Mas com a convivência, o jeito dele foi me incomodando e acabou que a gente tava morando junto sem ser um casal, só dividindo contas. Ele tava soltinho, tava saindo, bebendo. Eu não tava gostando daquilo. Aí eu falei pra ele sair de vez. Ele ficou me rondando, mas pra mim não tinha mais volta. Eu tava com nojo dele. Sabe quando a pessoa vem te dar um beijo e você não consegue beijar direito? Eu não tinha mais vontade. Aí eu fui me afastando, me afastando. Mas isso não teve nada a ver com a minha filha, isso foi uma coisa dele, da pessoa dele, uma coisa isolada dele. Ele foi ficando egoísta, só pensava nele, no bem-estar dele. (Participante 2)*

*Quando a L. fez um ano, que já tava maiorzinha, eu achei que era a hora de separar de vez. (...) Eu não admirava mais ele. (...) Ele é bom pai, mas comigo não foi um bom marido não. Ele até tentou voltar, mas, eu não aceitei. (Participante 5)*

A maioria das participantes falou sobre o reconhecimento de aspectos negativos da conjugalidade que preexistiam o exercício da parentalidade, corroborando os resultados encontrados por Menezes e

Lopes (2007), no que diz respeito ao início do distanciamento conjugal antes da chegada do primeiro filho do casal.

Elas não apresentaram insatisfações em relação à paternidade exercida pelos maridos, mas na desvitalização do relacionamento amoroso que aumentou durante os primeiros cuidados do bebê. Entretanto, em alguns momentos, os filhos foram responsabilizados pela separação, mostrando dificuldade em reconhecer que o rearranjo do casal evocado pela transição para a parentalidade não foi possível devido à fragilidade da relação conjugal preexistente.

*Eu sabia que a relação estava fria, mesmo antes da V. nascer. Mas, achava que a gente ia se adaptar aquela rotina de ter uma criança e talvez as coisas voltassem ao normal. Ele me ajudava com ela. (...) A nossa filha me tomava quase o tempo todo, eu não tinha tempo pra pensar no meu casamento. (...) Acho que o filho afasta mesmo os pais. É preciso cultivar a relação, se não ela acaba morrendo. Com filho, tem que cultivar muito mais. É muito cansaço, principalmente pra mulher. Cabe a ela ter mais paciência, mais persistência para fazer a coisa dar certo. Um pouco menos o homem. Assim, ele precisa ter paciência com a mulher também e saber que ela tá mais sobrecarregada que ele. Acho que um não entendeu o outro. (...) Mas a coisa foi esfriando e eu resolvi pedir um tempo. Quando eu pedi esse tempo, ele saiu de casa e voltou pra casa dos pais dele. Depois ele pediu pra voltar, mas eu não quis. Foi definitivo. (Participante 1)*

Na mesma fala podemos perceber a contradição entre as possíveis motivações para a separação. A entrevistada reconhece que a relação

conjugal já estava 'fria', mas fala em seguida que a filha pequena tomava todo o seu tempo, impedindo-a de manter o casamento. Podemos pensar que o filho não é, em si mesmo, a causa da separação, mas o destino que os pais construirão para as novas identidades e funções parentais. Ao se ocupar totalmente dos cuidados com a prole, a mulher parece ter afastado o marido sem perceber que prejudicava a relação conjugal (Silva & Queiroz, 2017).

Percebemos, assim, uma dificuldade mútua no compartilhamento de vida quando elas afirmaram que ambos não se comportavam como parceiros no desenvolvimento de um projeto comum. Os desafios de ser pai e mãe expuseram a insuficiência em se manterem juntos enquanto marido e mulher.

*Eu entrei de licença maternidade e depois fui pedindo licenças médicas e fiquei um ano e oito meses de licença por causa da depressão. (...) Mas eu sabia que eu queria ganhar tempo pra me fortalecer e ter o precedente de que eu era uma boa mãe. (...) Ele fazia chantagem.. (...) Eu não conseguia dar se quer um selinho nele, mas mantive a aliança no dedo por quase um ano, vivia dando desculpas pra não ter nada com ele na intimidade, falava que era por causa da depressão, que não tava bem e ia melhorar. (...) Voltei a trabalhar e o trabalho continuou o processo de organização que o meu filho começou a fazer comigo. (...) Aí eu consegui tirar a aliança do dedo e decidir que não ia ter volta mesmo. Mesmo ele ameaçando pedir a guarda, eu sustentei que não ia voltar. (...) Mas ele nunca aceitou esse fim de relacionamento. (Participante 6)*



Na medida em que as participantes disseram terem sido impelidas a se reconectarem com seus desejos e a pensarem em um futuro a longo prazo, ficou evidente que não queriam permanecer com o marido sem um projeto de vida compartilhado, além do filho. Parecem ter concebido o casamento enquanto relação amorosa, conforme ressaltado por Féres-Carneiro (1995, 1997), elas localizaram a insatisfação conjugal como a motivação central para a separação.

As entrevistadas ressaltaram que os homens eram capazes de exercer o papel parental, mas não de forma compartilhada, como em um casal conjugal. A conjugalidade insatisfatória não era compatível com a parentalidade satisfatória em desenvolvimento, conforme o descrito por Hameister, Barbosa e Wagner (2015). Considerando que essas duas dimensões se retroalimentam e se influenciam mutuamente, caracterizando o efeito *spillover*, as falhas da relação conjugal poderiam comprometer as relações parentais.

A saída percebida por elas seria o exercício parental desligado daquela relação conjugal falha. O pai não cumpriu, assim, a função de continente da mãe no estado de preocupação materna primária e não tendo podido oferecer um *holding* na fragilidade inicial da maternidade (Silva, 2016).

*Quando o G. fez um ano, eu decidi sair da casa dele e voltar pra casa da minha mãe. As brigas ficaram insuportáveis e vi que o amor tinha acabado. Eu já não pensava em futuro com ele. Ele ia na minha casa visitar o filho e tentou se reaproximar várias vezes, mas eu sabia que ele nunca ia conseguir ficar só comigo. Acho que deve ser uma falha de caráter. Ele nunca vai ser fiel. Pra mim, era muito doloroso ver o pai do meu filho tentando ficar comigo como se eu fosse só mais uma. Eu não deixei isso acontecer, mas sofria com toda a situação. (Participante 7)*

*Demorei um pouco pra me fortalecer, pra voltar a trabalhar e recuperar a minha autoestima. Fui aceitando que tinha chegado mesmo no final. Não queria manter um casamento de aparências onde não tinha companheirismo e ainda passar por corna otária. (...) Decidi me separar de vez quando ele tinha seis meses, mais ou menos. Ele nem fez tanta força contra. Acho que ele também tava infeliz. No começo não queria aceitar, me procurava e tudo. Mas aí ele resolveu voltar pra casa da mãe dele e eu fiquei em casa. (Participante 9)*

*A relação do casal começou a sofrer mudanças porque eu tinha que negociar a minha vida com ele. Porque até então como casal, a gente tinha muita autonomia, a minha vida sempre teve muita atividade, eu sempre trabalhei muito, estudei muito, tinha vida social ativa. (...) Quase nunca a gente tinha tempo de sair junto. Aí o relacionamento ficou difícil com isso. (...) Ele não tinha as mesmas ambições profissionais. (...) Eu tinha um plano na minha cabeça de onde eu queria chegar em cinco anos. Mas como casal, a gente não tinha os mesmos planos, não tinha muito acordo. Acho que tem uma acomodação masculina, não sei. (...) Mas era uma falta de diálogo muito velada, a gente conversava, combinava coisas e pactuava, e, chegava na hora 'H' e ele fazia o extremo oposto do que a gente tinha combinado. Então ele tava sempre muito calmo e eu tava virando a louca. Chegou uma hora que vi que não tava justo, que eu não era assim. (...) Se não tivesse tido o filho, acho que o processo seria mais lento, mas teria o mesmo fim. (...) Acho que ia chegar nisso de qualquer maneira. Se eu parar*

*para pensar, todos os elementos já estavam lá, mas a minha vida era muito autônoma, nada me incomodava tanto.*  
(Participante 11)

Como outras motivações para a decisão pela separação, as entrevistadas expuseram egoísmo, consumo de bebida alcoólica, discordâncias frequentes e traição por parte dos maridos. Essas causas de divórcio também foram encontradas por Ávila, Ávila e Paula (2017) como comportamentos de risco para a manutenção conjugal. As participantes relataram que a chegada do filho promoveu maior conhecimento sobre o marido e a percepção de que não havia parceria capaz de sustentar a formação de uma família. Durante a relação com o bebê recém-nascido, período de grande dependência e pouca autonomia afetivas, as participantes ressaltaram que esses comportamentos dos cônjuges se tornaram insuportáveis. Elas parecem ter sido capazes de reconhecer a alteridade do marido, identificando que os interesses individuais e os planos de vida de ambos eram incompatíveis, impedindo que seguissem na mesma direção.

As entrevistadas identificaram decepções conjugais sem misturá-las às funções parentais. Conseguiram preservar a admiração sobre seus maridos enquanto pais de seus filhos, mesmo depois de terem percebido a fragilidade dos laços conjugais que os uniram. Elas parecem ter feito uma escolha inconsciente sobre que dimensão da relação preservar, optando por proteger a parentalidade de ambos (laço indissolúvel) ao desfazerem o laço conjugal solúvel, que lhes consumia energia em detrimento da dedicação à prole (Silva & Queiroz, 2017).

#### 4.4

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos resultados deste estudo, a chegada do primeiro filho na relação amorosa parece ter operado a função de terceiro, já que havia uma falha conjugal anterior à construção da parentalidade. As entrevistadas relataram relacionamentos marcados por aspectos individualistas e sem projetos de vida comuns. O primogênito parece ter cumprido a função de terceiro na relação e forçado o deslocamento do casal conjugal para o casal parental. No entanto, a falta de uma identidade conjugal bem demarcada e de um projeto de vida compartilhado impossibilitaram a manutenção da conjugalidade na transição para a parentalidade.

Enquanto dado de realidade, o filho não parece ter sido o responsável pela decisão da separação, mas revelou as falhas no relacionamento dos pais, denunciando os vazios conjugais e desfazendo a ilusão de perfeição que os mantinha juntos. A interação entre a mãe e o bebê parece ter funcionado como ligação afetiva capaz de reconduzir as mulheres à própria individualidade e recuperar sua autoestima depois de vivências de sofrimento (vivenciados durante a gravidez). Por outro viés, pode ter substituído uma ligação afetiva indiscriminada e mantido o desconhecimento sobre suas próprias fragilidades.

A separação não foi relatada como um período de sofrimento intenso, mas como decorrência de uma decisão bem deliberada. As entrevistadas revelaram terem vivido um processo de luto que as conduziu na direção do autoconhecimento. A facilidade com que os laços conjugais foram rompidos evidencia a fragilidade dos mesmos, presente anteriormente à parentalidade.

A possibilidade de separação, face à insatisfação conjugal, na transição para a parentalidade, permitiu às entrevistadas a abertura para novos e mais satisfatórios caminhos. Em tempos de amores líquidos, a intimidade superficial se apresenta como armadilha para o sofrimento, contudo, traz maior liberdade de escolha, como aspecto positivo.

As transformações sociais e jurídicas sobre o exercício da paternidade, demandando maior participação dos pais nos cuidados com os filhos, contribuíram para o equilíbrio nas responsabilidades entre mães e pais. A atuação dos homens enquanto pais parece ter colaborado para a promoção de saúde emocional na família. Assim, compreendendo o efeito *spillover* como a inter-relação ente as dimensões da parentalidade e da conjugalidade, podemos considerar a dificuldade da convivência de laços parentais indissolúveis e promotores de saúde com laços conjugais frágeis promotores de sofrimento.

As demandas de cuidado do bebê foram recebidas tanto pelos homens enquanto pais, tanto pelas mulheres, enquanto mães, na visão delas. Embora elas tenham relatado a falta de companheirismo dos homens durante a gestação, sugerindo um descompasso entre a transição para a paternidade e a transição para a maternidade, eles se apresentaram emocionalmente disponíveis para o exercício parental após o nascimento do filho. Podemos pensar que os cuidados do pai com o bebê possam ter contribuído para que as mulheres não tenham misturado a frustração conjugal com a dimensão parental.

A partir da discussão dos resultados, pretendemos contribuir para a pesquisa sobre o tema e para a clínica com famílias e casais que atravessem experiências como as abordadas nesse trabalho. Estudos futuros podem aprofundar a relação entre os primeiros cuidados com o bebê e a separação, a fim de melhor compreender suas repercussões em outras configurações conjugais e familiares, bem como em outros gêneros, faixas etárias, camadas sociais e regiões brasileiras. Nos próximos estudos, investigaremos a as transformações nas relações entre os membros da família após a separação, sob a ótica das mulheres.

5.

## O FIM DA CONJUGALIDADE NA TRANSIÇÃO PARA A PARENTALIDADE: ADAPTAÇÃO AO NOVO ARRANJO FAMILIAR

### Resumo

Este estudo é parte de uma pesquisa mais ampla sobre a separação conjugal na transição para a parentalidade. Teve como objetivo investigar as repercussões da dissolução do laço conjugal sobre os membros da família, na transição para a parentalidade, a partir da percepção das mulheres. Foram realizadas 12 entrevistas semiestruturadas com mulheres das camadas médias cariocas, entre 30 e 40 anos de idade que se separaram há, no mínimo, dois anos, no período de zero a dois anos do primeiro filho. Para a análise dos dados foi utilizado o método de análise de conteúdo e três categorias emergiram dos relatos das participantes: *paternidade após a separação conjugal*; *adaptação ao novo arranjo familiar*; e *imaginário sócia sobre a mãe separada*. Os resultados apontam para boa convivência do casal parental após a separação, para retomada de parte da autonomia das entrevistadas, e para falta de referenciais de novos modelos de família e de relação amorosa.

### Palavras-chave

Conjugalidade; transição para a parentalidade; separação.

## **Abstract**

This study is part of a wider research on marital separation in the transition to parenthood. It aimed to investigate the repercussions of the dissolution of the conjugal bond on the family members, in the transition to parenthood, from the women's perception. Twelve semi-structured interviews were carried out with middle-aged women from Rio de Janeiro, between 30 and 40 years of age, who separated for at least two years, from zero to two years of first child. To analyze the data, the content analysis method was used and three categories emerged from the participants' reports: paternity after marital separation; adaptation to the new family arrangement; and social imaginary about the divorced mother. The results point to a good coexistence of the parental couple after separation, to resume part of the interviewees' autonomy, and to lack of references to new family models and love relationships.

## **Keywords**

Conjugalidade; transição à parentalidade; separação conjugal.

Em um cenário em que vigoram valores individualistas, imediatistas e instáveis, o número de separações conjugais cresceu e a idealização das histórias infantis não condiz com as experiências adultas (Santos, 2013). Embora o indivíduo seja constantemente permeado por forças dos micros e macrossistemas à sua volta, a decisão pela separação é fundamentada, sobretudo, na autonomia e na individualidade, visando à satisfação pessoal. Os cônjuges pautam, cada vez menos, a conduta de se separarem no temor pelas consequências às famílias e aos filhos, (Zordan, 2010). Para Badinter (2011), a maternidade e o casamento ameaçam os ideais ilusórios de liberdade e igualdade prometidos aos jovens.

Consoante com as tendências sociais individualistas, a psicanálise se ocupou de estudar o desenvolvimento infantil com base nas interações intrapsíquicas entre a mãe e o seu filho. Zornig (2010) resgata a concepção freudiana sobre feminilidade e maternidade, na qual ser mãe solucionaria a castração feminina, ao colocar o bebê no lugar do falo perdido. A posição feminina também estará relacionada à relação pré-edípica entre a filha e a mãe. Segundo Laursen (2005), a relação parental entre mulheres, ou seja, entre mãe e filha, tende a apresentar maior grau de estresse e situações conflituosas em relação à masculina.

Por vezes, os conflitos conjugais atingem padrões patológicos e a ruptura se apresenta como a melhor solução. Willi (1985) ressalta que a separação abre novas possibilidades de desenvolvimento individual diante de casamentos imaturos marcados por rivalidade, perda de autonomia, simbiose e luta pelo poder. Porém, assinala que existem casamentos que colaboram para a evolução mútua dos parceiros e salienta a importância de pesquisas que investiguem como as uniões funcionais influenciam positivamente as vidas dos cônjuges.

Os efeitos benéficos que a separação pode exercer na vida de todos os membros da família são enfatizados por Féres-Carneiro (1998). Quando a autodestruição e a destruição do outro são a moeda de troca



para a manutenção do casamento, terminá-lo pode ser a melhor saída. A autora ressalta ainda que homens e mulheres vivenciam o rompimento conjugal de modos diferentes, considerando que a concepção de casamento deles corresponde à formação de família e, a delas, à relação amorosa.

Segundo dados do IBGE (2014), a taxa de nupcialidade vem se mantendo estável desde 2006, apresentando variações pouco significativas. Em contrapartida, a taxa de divórcios vem aumentando a cada ano. No Brasil, o divórcio e a consequente possibilidade do recasamento obtiveram regulamentação jurídica no ano de 1977, oficializando assim novas configurações de família. As posteriores transformações de 2008 e 2010, Lei nº 1.441 de 04.01.2007 e a Emenda Constitucional nº 66 de 13.07.2010, respectivamente, simplificaram e facilitaram o divórcio, colaborando para a sua elevação.

Depois do divórcio, é com a mãe que fica a guarda dos filhos em 85,1% dos casos (IBGE, 2014). Considerando as características relativas às diferentes camadas sociais, as mulheres que mantêm a custódia da prole continuam cuidando de suas vidas, das vidas dos seus filhos e muitas vezes de sua profissão, tudo isso em meio às transformações sociais e emocionais desse processo. Na visão de Oliveira (2009), apesar das conquistas sociais femininas, algumas mulheres não estão preparadas para lidar com o aspecto financeiro pós-separação, enfrentando, portanto, dificuldades para sustentarem a elas e aos filhos.

A separação, contudo, não é o mesmo que o término da unidade familiar, pois o casal conjugal deixa de existir, mas o casal parental permanecerá existindo. Segundo Schneebeli e Menandro (2015), no exercício da guarda compartilhada a coparentalidade é preservada e a vivência de ser pai e ser mãe devem ser mantidas. As autoras ressaltam que essa modalidade resguarda os interesses e o bem-estar emocional dos filhos.

Para além das perdas financeiras e sociais, perder a convivência com o cônjuge, a intimidade e a sexualidade, implica em um processo de luto que envolve o trabalho de organização de um excesso libidinal sem objeto (Martínez & Matioli, 2012). Para as autoras, o afeto precisa ser reinvestido em novos objetos para que não recaia na forma destrutiva sobre os filhos, sobre o ex-parceiro ou sobre o próprio sujeito.

Santos (2013) pontua que a fase de luto por separação conjugal com filhos pequenos envolve a elaboração da perda da família idealizada, o reajuste do parentesco entre as famílias do casal parental e a readaptação às vidas separadas. Somente após cessarem culpas pelo término, sentimentos de raiva, fantasias de reunião e serem anunciados novos projetos e expectativas para o futuro, os impactos emocionais sobre todos os membros da família serão amenizados.

Lamela (2009) indica que, após o período médio de dois anos depois da dissolução conjugal, é possível perceber o ajustamento no bem-estar subjetivo dos ex-parceiros. Vários âmbitos da vida apresentam níveis superiores de satisfação em relação aos percebidos antes da separação. A qualidade melhora na saúde física e psicológica, no trabalho, nas relações de amizade e amorosas, e, sobretudo, na disponibilidade para a construção de uma nova aliança parental.

Para Moraes e Granato (2016), as mães são as responsáveis por mediar e modular a relação entre pai e filho antes ou após a separação. Elas poderão motivar um relacionamento afetivo mais profundo entre eles e incentivar o desenvolvimento da paternidade. A resolução dos conflitos conjugais pode beneficiar o exercício parental após a separação. Tendo em vista que a história da relação conjugal exerce influência na história da relação parental, quanto menor for o nível de conflito entre os pais, melhor será o exercício da parentalidade depois da separação, protegendo, assim, o desenvolvimento dos filhos (Ponciano & Féres-Carneiro, 2017; Oliveira & Crepaldi, 2018).

Em pesquisas sobre o processo de luto em separações amorosas, Coca, Salles e Granado (2017) analisaram mecanismos de defesa em sujeitos que passaram pelo término de um relacionamento conjugal. Os autores observaram ambivalência no que diz respeito ao investimento em novas relações. Embora os participantes dissessem buscar segurança e afeto no outro, sugerindo uma demanda de apoio e cuidado, eles apresentavam comportamento não recíproco, de forma que a necessidade de cuidado se mostrava mais intensa do que a disposição em oferecê-lo.

De saída, percebe-se como desejo inicial comum casar e ser feliz, ainda que não seja para sempre. Contudo, a crescente taxa de divórcios sugere insatisfação e infelicidade nas uniões contemporâneas. Muitas pesquisas se debruçaram sobre essa temática e foram organizadas por Wagner, Falcke e Mosmann (2015) em três fases de estudos.

Durante as décadas de 80 e 90, a primeira fase de estudos sobre relacionamentos conjugais versava sobre as motivações para o divórcio. Apesar de esse ser um processo composto por múltiplos fatores, as autoras identificaram dois principais motivos para o fim dos casamentos: problemas na comunicação e níveis elevados de conflitos conjugais.

Na primeira década dos anos 2000, os interesses sobre esse tema direcionaram-se a investigar as variáveis dos dois fatores inicialmente estudados. Essa segunda fase de pesquisas buscou compreender em que medida essas variáveis repercutem na estabilidade, qualidade e comunicação conjugal. As autoras frisam que comunicação e conflito são um binômio indissociável e intrínseco à dinâmica conjugal. Dentre as grandes causas de conflitos entre parceiros estão os problemas na comunicação, a reciprocidade dos conflitos e as questões financeiras (Wagner; Falcke & Mosmann, 2015).

A partir de então, constitui-se a terceira fase de estudos com caráter intervencionista e com o objetivo de prevenir conflitos e problemas na comunicação conjugal e, assim, aumentar a qualidade das relações e

reduzir os riscos de separação. Essa geração encontrou inspiração em programas de saúde pública com comprovação empírica oriundos dos governos australiano e norte-americano (Wagner; Falcke & Mosmann, 2015).

Em pesquisa realizada com cidadãos europeus, Aspergis e Georgellis (2015) constataram que, ainda que as mulheres atravessassem maiores dificuldades afetivas e financeiras em comparação aos homens, são elas as mais felizes com o fim do casamento. Segundo os autores, eles perdem em torno de 25% do poder aquisitivo, ao passo que elas perdem até 50%, em média, depois do divórcio. Contudo, são elas que apresentam melhor readaptação ao novo estado civil.

Esse reajustamento feminino decorre, segundo Sluzki (1997), do fato de as mulheres terem facilidade em constituir vinculações mais duradouras, íntimas e variadas do que os homens. A cultura favorece um tipo de treinamento social que aprofunda e enriquece a rede social feminina, tornando-as menos vulneráveis aos impactos negativos da separação. Portanto, elas acabam construindo e utilizando uma rede de apoio que as auxilia nessa adaptação.

O referido autor define rede social como o universo de relações significativas na vida de um indivíduo. A mesma é constituída por um mapa mínimo que inclui a família, as amizades, relações de trabalho e escolares e, relações comunitárias. Dentre as funções da rede pessoal estão os benefícios de apoio, regulação e companhia social; apoio emocional; guia cognitivo e conselhos; ajuda material e de serviços; acesso a novos contatos.

Sluzki (1997) postula que uma rede social ativa afeta a saúde das pessoas, destacando quatro níveis de relações interpessoais nos quais as vinculações ajudam a sustentar indivíduos em momentos de crise gerada por eventos inéditos. O primeiro deles diz respeito à herança evolutiva da espécie humana. Nessa perspectiva, impera em todos nós uma característica de caráter atávico de redução de estresse quando uma

figura familiar está presente. Na presença dos pais, crianças e adultos apresentam reação passível de medição tanto fisiológica quanto psicológica.

Depois de separadas, é comum o retorno de mulheres para a casa dos pais. É provável que haja motivações econômicas em alguns casos, mas, não se pode desconsiderar a redução de estresse ao reforçar a rede com a família de origem. Como uma criança que se acalma com o olhar da mãe, a mulher divorciada busca encontrar apoio para o seu desamparo inesperado. Segundo Dias, Hora e Aguiar (2010), é crescente a participação dos avós na criação dos netos, tanto financeiramente quanto nos cuidados. Eles se tornaram mais ativos no importante papel de transmissores das tradições da família, atuando na inserção dos descendentes na cadeia geracional e, portanto, no seu processo de subjetivação (Silva & Corrêa, 2014). Contudo, por ser o cuidado uma função historicamente exercida por mulheres, são elas as maiores colaboradoras no desenvolvimento dos netos (Carvalho; Franco; Costa & Oiwa, 2012)

Somente uma parcela das mães separadas, pertencentes às camadas médias da população, terá possibilidades financeiras de manter babás, funcionários ou creches em período integral. Para Almeida e Moreira (2011), há consequências vantajosas e desvantajosas em relação ao uso dessa rede cuidadora. Ela, por um lado, pode colaborar para a homeostase familiar, enquanto por outro, pode oferecer modelos de crenças e de comportamentos distintos daqueles dos pais.

O segundo nível citado por Sluzki (1997) se refere à organização identitária derivada do olhar e das ações dos outros. Alguns papéis exercidos ao longo da vida constroem relações que dão sentido e estimulam a continuidade da existência. As funções de esposa deixam de existir por conta do rompimento conjugal, deixando também de existir o papel da rede nesse nível existencial.

O terceiro e o quarto níveis versam sobre a retroalimentação entre a rede social, e o monitoramento da saúde, e sobre as repercussões positivas das redes sociais nas atividades pessoais cotidianas, respectivamente. Assim, quanto maior e mais complexa for a rede social após o divórcio, mais pessoas poderão observar comportamentos inadequados e maiores serão as chances de prevenção de sofrimento físico e psíquico do indivíduo.

Compreendendo a separação como um processo complexo que afeta individual e coletivamente todos os membros de uma família, investigamos as repercussões da dissolução do laço conjugal sobre os membros da família, na transição para a parentalidade, a partir da percepção das mulheres.

## **5.1**

### **MÉTODO**

#### **5.1.2**

##### **Participantes**

A fim de investigar a vivência feminina do processo de separação conjugal na transição para a parentalidade, foram entrevistadas 12 mulheres pertencentes às camadas médias urbanas da cidade do Rio de Janeiro, heterossexuais, que tinham coabitado com o pai do seu primeiro filho por ao menos dois anos, com idades entre 30 e 40 anos e que tinham se separado há, no mínimo, dois anos e, no máximo, cinco anos. O período de maior tensão conjugal varia da gravidez até o vigésimo quarto mês do bebê, podendo gerar uma crise na conjugalidade (Curran;

Hazen; Jacobvitz & Sasaki, 2006). Assim, foi critério de inclusão das participantes que elas tenham se separado durante esse período.

### **5.1.3**

#### **Instrumentos e procedimentos**

Foi utilizada uma Ficha Biográfica e realizada uma entrevista que teve como base um roteiro oculto semiestruturado, contemplando temas concernentes ao objetivo do estudo. As entrevistas foram realizadas individualmente, gravadas e transcritas. Para a análise do material obtido, foi utilizado o método de análise de conteúdo, na sua vertente categorial, tal como proposto por Bardin (2016).

### **5.1.4**

#### **Cuidados éticos**

O projeto que deu origem a este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da instituição onde o estudo foi desenvolvido (Parecer 003D/2017). Os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, tendo autorizado o uso dos resultados da investigação em ensino, pesquisa e publicação, preservadas suas identidades.

### **5.1.5**

#### **Análise e discussão dos resultados**

Das falas das participantes, emergiram as seguintes categorias de análise: *paternidade após a separação conjugal; adaptação ao novo arranjo familiar; e imaginário social sobre a mãe separada.*

## 5.2

### *Paternidade após a separação conjugal*

Atualmente, observamos o crescente envolvimento dos pais se engajando mais em questões afetivas no cotidiano dos filhos, antes relacionadas ao cuidado materno. No entanto, essas mudanças no cuidado paterno são mais lentas e menos exercidas do que sua divulgação nas mídias e nas publicações científicas (Moraes & Granato, 2016). Diante deste cenário, Oliveira e Crepaldi (2018) postulam a necessidade de se conhecerem as especificidades da relação pais e filhos após a separação, propiciando maior compreensão para a prática e a intervenção dos profissionais de saúde e da área jurídica que trabalham com famílias vivenciando a separação conjugal.

Por meio das narrativas a seguir, as participantes relataram a percepção sobre a paternidade depois da separação. Elas contaram que os ex-cônjuges, embora não tenham sido 'bons maridos', já exerciam as funções parentais de maneira satisfatória, ressaltando ainda que eles assumiram melhor as responsabilidades paternas após a dissolução da conjugalidade.

*Eu sabia que ele seria um pai presente, um bom pai, porque ele sempre foi uma pessoa muito boa. Ele não deixa faltar nada pra ela mesmo. É um paizão. (Participante 1)*



*De uns dois anos pra cá ele vê a filha com mais frequência e assume mais as responsabilidades. (Participante 5)*

*Hoje ele aprendeu a ser mais pai dela do que antes. Mas, hoje a gente se dá bem. (...) Acho que quando um casal se separa e tem um filho, eles devem ser amigos. (Participante 8)*

*Acho que a separação fez ele ser mais responsável como pai e me fez poder ser menos responsável como mulher, podendo sair e curtir um pouco a vida também. Saímos do modelo convencional assim. Acho que a separação traz esse equilíbrio pros casais com filho hoje em dia. (Participante 11)*

Pudemos perceber nas falas a admiração e o respeito que as participantes nutrem pela relação entre o(a) filho(a) e o pai, reconhecendo o acréscimo de responsabilidades paternas depois da separação. Podemos entender que o fim de uma relação conjugal insatisfatória pode ter influenciado a família para o amadurecimento individual e da relação parental, tal como postulado por Willi (1985). Nesse sentido, podemos considerar que as participantes perceberam que a transição para a paternidade possa ter ocorrido em descompasso à transição para a maternidade, conforme ressaltam Moraes e Granato (2016).

Por outro lado, o fato de a mãe estar mais afastada, tendo em vista o contexto de separação conjugal, bem como sua forma de valorizar a relação entre pai e filho pode ter favorecido o processo de transição para a paternidade, na medida em que se abriu um espaço para que o pai pudesse exercer de maneira mais autônoma o seu papel. As participantes

puderam fazer uma separação entre questões relativas às dimensões da conjugalidade e da parentalidade, apontando para a elaboração da frustração de uma relação amorosa idealizada, sem culparem exclusivamente os ex-parceiros pela sua dissolução ou prejudicarem o exercício das funções paternas, corroborando, assim, os resultados encontrados por Santos (2013).

Pudemos constatar nas narrativas das entrevistadas que elas exerceram uma intermediação positiva entre o ex-cônjuge e o filho. Esta atitude pareceu resguardar a relação entre pais e filhos de forma a não colocarem barreiras entre o ex-marido e o filho, confirmando o que foi ressaltado por Ponciano e Féres-Carneiro (2017), quando postularam que a história conjugal influencia a história parental. Assim, as participantes não foram guiadas por sentimentos de ódio ou mágoa, mas valorizaram a importância da presença paterna, fortalecendo os laços da família parental e, sobretudo, protegendo o desenvolvimento dos filhos (Oliveira & Crepaldi, 2018).

### 5.3

#### *Adaptação ao novo arranjo familiar*

O tempo para a adaptação da família aos efeitos da separação é atravessado por transformações financeiras, pelos projetos pessoais e profissionais individuais e pela renegociação de funções parentais do ex-casal (Lamela, 2009). Os efeitos da separação na família são complexos e multifatoriais, podendo causar sentimentos de desamparo, afastamento de amigos, descontinuidades, mas, por outro lado, também podem encerrar conflitos e promover melhora na qualidade de vida e nas relações entre seus membros (Hack & Ramires, 2010).

As entrevistadas relataram que os ex-maridos fizeram tentativas de retorno conjugal. Nenhuma delas concordou com a reconciliação amorosa, destacando a retomada da liberdade, a busca pela felicidade e o amadurecimento adquirido como principais motivos. Apesar disso, elas disseram ter conseguido estabelecer uma boa relação enquanto casal parental. Entretanto, também frisaram a dificuldade de investimento em novos relacionamentos amorosos.

*No início ele pediu pra voltar, mas eu não quis e, então, foi definitivo. Ele me procurou pra gente conversar e se acertar, mas eu não quis. Quando a gente se separou eu senti o gosto da liberdade, aí não queria outra vida. Não precisava mais dar satisfação nem nada. Consigo trabalhar, malhar, cuidar dela, sair. Faço tudo. Não sou também a favor do divórcio, acho que as pessoas têm que tentar se se propuseram a formar uma família, né? Mas, eu não estava aguentando mais. (...) Agora só quero trabalhar e cuidar dela. (Participante 1)*

*Ele ficou me rondando, mas pra mim não tinha mais volta. (...) Ele pergunta se eu tô namorando, mas eu digo que não é da conta dele. Não quero ninguém. (...) Só falo com ele sobre a nossa filha. Mas, a nossa relação é de paz, tranquila. (...) Eu acho que hoje em dia a mulher não precisa ficar acomodada numa situação ruim. Ela pode olhar e ver que ela não tá feliz e sair daquela situação. Não adianta ficar num ambiente infeliz. Não é bom pro casal nem pra criança. (Participante 2)*

*Ele voltou a me procurar e pediu até pra voltar. Mas, eu já não gostava dele e sabia que não ia dar mais certo. (...) No início, foi difícil se acostumar. Mas, com o tempo eu comecei a gostar de estar sozinha. É como diz o ditado: 'antes só do que mal acompanhada', né?(...) Quando o pai pega, eu até saio com as meninas. Conheci um cara incrível há uns dois meses. A gente tá saindo. Mas, não quero mais ninguém na minha casa. Só em casas separadas. E também vai demorar pra eu apresentar qualquer pessoa pro C.. As coisas tem que ser bem devagar pra mim. (Participante 4)*

*Mas, ele não aceitou o fim desse relacionamento. (...) Quando eu me libertei dele, parece que eu voltei a ser aquilo que eu sempre fui, sabe? Eu voltei pra mim. (...) Hoje a gente tem aquela boa relação, uma relação amistosa que foi construída porque entendemos que seria muito ruim pra todo mundo. (...) Eu tive muitos relacionamentos casuais que não adentraram a minha vida familiar. Só apresento pra ele se for estável mesmo. (...) Toda separação é dolorosa. Era uma parte minha que tava morrendo, aquela menina imatura, que idealizava, que sonhava. Mas, é preciso crescer, ficar mais forte e atravessar isso. Acho que consegui. (Participante 6)*

*Pro futuro eu só quero ver ela crescer, não penso muito em mim não. Não penso em ter alguém, acho que tenho até problema com isso. Não consigo mais me aprofundar com ninguém. Até porque eu tomei um tombo tão grande que não sei. (Participante 8)*

Em relação à fala da maioria das entrevistadas ressaltando que os ex-maridos investiram na tentativa de retomada do casal conjugal, podemos considerar que este comportamento esteja relacionado com a concepção de homens e mulheres acerca do casamento, conforme postulado por Féres-Carneiro (1998). De acordo com a percepção das mulheres, os homens parecem ter concebido o casamento como formação de família, buscando recuperar um ambiente seguro e estável, enquanto para elas, a relação amorosa não pôde ser resgatada, visto que as frustrações pareciam insuperáveis.

As falas denotaram um movimento de retorno à individualidade, após o fim da conjugalidade, e o resgate do prazer em atividades sociais que haviam sido reduzidas pelo casamento e pela maternidade. Em consonância com Lamela (2009), os resultados mostraram como aspectos positivos, vivenciados pelas mulheres, relacionados à separação conjugal, o retorno à sensação de liberdade e o aumento da satisfação pessoal.

Considerando os valores individualistas contemporâneos nos quais estão presentes os ideais ilusórios de liberdade e igualdade, como enfatiza Badinter (2011), o casamento e a maternidade podem ter sido interpretados como limitações na vida das participantes. A relação conjugal na transição para a parentalidade pode ter evidenciado a imposição de graus de dependência inesperados pelos cônjuges, rompendo com a ilusão de uma realidade extremamente individualista, desconectada e completamente livre do outro. Dessa maneira, a separação parece ter recolocado as entrevistadas no caminho da busca pela felicidade enquanto realização de desejos individuais, como estimulado pelos ideais contemporâneos.

Dentre outros aspectos positivos, experimentados pelas entrevistadas após a separação, estão a maior maturidade para buscarem a própria felicidade, e o aumento da autoestima e da satisfação no desempenho da maternidade. Assim como verificaram Aspergis e

Georgellis (2015), as mulheres expuseram estar mais felizes com o fim do casamento. Percebemos a prevalência de valores individuais relativos aos benefícios por elas encontrados, visando à satisfação de desejos pessoais, resultado que vai ao encontro daqueles encontrados por Zordan (2010) e Santos (2013).

Ainda sobre os ganhos decorrentes da separação, surgiu na fala das participantes o reconhecimento de uma relação conjugal insatisfatória na qual permaneceram por algum tempo infelizes. Elas puderam perceber a idealização da escolha amorosa e apontaram para novas concepções de relacionamento a dois. Transformando-se de filhas em mães, as mulheres parecem ter abandonado o conto de fadas e realizado o processo de luto saudável, como indica Santos (2013).

Contudo, pensando nos excessos do autocuidado, em atitudes que ultrapassam a individualidade e tendem ao individualismo, pudemos perceber dificuldade em estabelecer novo laço conjugal. Apesar da satisfação com a vida autônoma, sugerindo um processo de luto bem elaborado, aparece também na fala das participantes insatisfação com sentimentos de solidão e com a instabilidade das relações amorosas vividas depois da separação. Assim como descrevem Coca, Salles e Granado (2017), elas podem estar ainda experimentando um estado de conflito interno entre dependência e autonomia conjugal, na medida em que não estão disponíveis para oferecer cuidado a uma nova relação, mas apontaram para a demanda amorosa de apoio e cuidado. É possível que as exigências maternas, profissionais e domésticas ainda estivessem demandando muito de sua atenção e tolhendo a disponibilidade de cuidado conjugal requisitada pela nova relação.

#### 5.4

*Imaginário social sobre a mãe separada*

Valores tradicionais e contemporâneos de casamento e de família estão presentes como concepção de mulher e de maternidade. O imaginário social é transformado e transforma a fantasia de sermos felizes para sempre, nos impondo a negociação de tarefas práticas e dificuldades na vida a dois e a três (Santos, 2013).

As narrativas apresentadas a seguir descrevem dificuldades enfrentadas pelas entrevistadas após a separação. Elas relataram perceber a resistência na forma de preconceito e machismo por parte dos homens, das mulheres e da própria família.

*A relação que os homens estabelecem com mulheres que têm filho é muito pragmática, é mais fácil dar uma trepada sem compromisso. Eles acham que é uma puta, porque nem o pai do seu filho te quis. Ainda tem um imaginário social em torno disso. (Participante 6)*

*Mas, o machismo é muito forte. Quando eu fiz essa guarda, eu ouvi de mulheres que era um absurdo eu, como mãe, deixar o pai ficar com a minha filha a mesma proporção de tempo que eu ficava. Você vê como as mulheres são machistas e como isso é pior do que o machismo dos homens. O pai deve ser tão pai quanto uma mãe é mãe. Colocam na mãe uma carga maior por conta da gestação, da biologia, da coisa do sentimento, que é mais aguçado na mulher, eu entendo tudo isso. Mas, a responsabilidade deve ser equilibrada. É uma visão muito ultrapassada hoje em dia, achar que o filho é da mãe. (Participante 8)*

*O problema são as mulheres machistas, que não compactuam dessa nova forma de família, parece que tem um ressentimento, uma inveja muito grande de você poder viver com mais liberdade do que elas viveram. A minha mãe e as amigas falam cada coisa. Enaltecem o pai como se ele fosse melhor que eu, mas ele só faz a mesma coisa que eu. Ele não tá fazendo nada demais. A mulher não pode sair, não pode beber, que saco! Essa culpa eu não tenho. (...) Você pode estar infeliz, mas tem que ficar ali porque o virtuoso é servir ao marido e ao filho? (Participante 11)*

Ao citarem as 'mulheres machistas' e o fato de 'os homens acharem que a mulher separada com filho é uma puta', percebemos a força do imaginário social tradicional em torno do exercício da maternidade após a separação. Para as participantes houve machismo, apego a modelos conservadores de família e resistência a novas formas de ser família. Embora estudos mais recentes (Schneebeli & Menandro, 2015) indiquem a modalidade de guarda compartilhada como a mais eficiente para a manutenção do bem-estar emocional da prole em famílias separadas, as entrevistadas disseram que mesmo a própria mãe e outras mulheres do seu convívio acharam inadequado a criança receber o mesmo tempo de cuidados parentais entre pai e mãe, explicitando o que está presente no imaginário social, ou seja, a primazia da maternidade. É importante considerar, portanto, que a guarda compartilhada concebe um regime em que as decisões sobre a vida dos filhos será realizada de maneira compartilhada, mas o tempo que a criança passará com cada um deles pode ser igual ou não.

Nas falas das entrevistadas aparece um incômodo diante do julgamento que envolve o exercício da maternidade e da sexualidade, principalmente por parte de outras mulheres. Podemos pensar que as conquistas femininas relacionadas ao trabalho, à independência



financeira e à liberdade sexual se choquem com concepções conservadoras acerca da maternidade (Badinter, 2011). Nesse sentido, podemos também questionar em que medida essas mulheres encontram em si mesmas a coexistência de valores tradicionais e valores contemporâneos de conjugalidade e parentalidade. Assim, modelos internos e paradoxais de família podem ainda ser uma barreira para um novo e mais profundo envolvimento amoroso.

Apesar de grande parte das entrevistadas contarem com a colaboração de suas mães, a maioria também separada, retornando para a casa delas, algumas situações de conflito entre as gerações de mulheres foram relatadas. Estes relatos confirmam os resultados encontrados por Laursen (2005) que, estudando conflitos em famílias monoparentais, verificou que a díade mãe-filha apresenta situações conflituosas mais frequentes e maior nível de estresse.

Três ou mais gerações voltaram a viver sob o mesmo teto e os avós ampliaram os cuidados, as responsabilidades, a transmissão de valores e tradições, modificando a dinâmica familiar. Podemos considerar muitas variáveis para esse retorno, visto que a convivência entre gerações tem sido alvo de estudos na medida em que as famílias vêm se transformando, a população envelhecendo e crises econômicas se tornando mais frequentes (Silva & Correa, 2014).

Amparadas por suas mães, as entrevistadas falaram do desejo de serem felizes para que as filhas também pudessem ser. Tendo tempo para realizar vontades cotidianas e fazer projeções futuras, não parece bem delimitado o que seria a felicidade para uma e para outra. Os resultados corroboram os achados de Zordan (2010), ao identificar que a busca por interesses próprios também foi uma dentre as principais motivações para a separação, dizendo mais respeito à satisfação individual do que às repercussões na família e nos filhos.

Além do caráter psicológico da reaproximação com as avós, existiu a colaboração efetiva nos seus cuidados com os netos. Como

identificaram Dias, Hora e Aguiar (2010), pode ter havido apoio financeiro quanto prático, na participação dos avós nas ocupações com os netos. No entanto, percebe-se uma prevalência da avó materna nesse tipo de atividade. Avós, babás e creches constituem a maior parcela dessa rede que, por um lado, substitui os pais e mantém o equilíbrio e a dinâmica da família e, por outro, pode manifestar valores e orientações diferentes dos deles (Almeida & Moreira, 2011).

## 5.5

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, podemos pensar nos resultados encontrados em retrospectiva e focar o interjogo desenvolvido entre as dimensões da conjugalidade e da parentalidade. As entrevistadas pontuaram satisfação no exercício da maternidade e admiração no exercício da paternidade do ex-marido, conseguindo separar as questões relativas à conjugalidade daquelas relativas à parentalidade. O fim da conjugalidade insatisfatória, ocorrido de maneira predominantemente pacífica em relação aos sentimentos de ódio ou vingança, conduzindo ao bom funcionamento do casal parental após a separação.

Apesar do sofrimento envolvido no processo de luto pela separação, percebemos um balanço positivo para os membros da família separada, na perspectiva das entrevistadas. O rompimento conjugal possibilitou o retorno das mulheres à busca pela realização de objetivos individuais, enfatizando que a felicidade dos filhos depende da sua própria felicidade. Elas relataram os ganhos subjetivos pelo fato de terem se deslocado de um estado de infelicidade para a retomada do caminho de seus desejos. Contudo, podemos refletir sobre a possibilidade de a percepção materna sobre a felicidade do filho estar relacionada a um

processo de negação da mãe em reconhecer efeitos da separação na forma de tristeza ou de frustração na prole.

As dificuldades encontradas pelas participantes envolveram desilusão e abandono de um modelo de família idealizado. Imersas em um panorama em que ser feliz é o imperativo social vigente, a negação da falta, o reconhecimento dos limites próprios e daqueles do outro, o contato com a dor e com o sofrimento podem ter permanecido latentes.

O desafio em se aprofundarem em um novo relacionamento amoroso pode ser um comportamento evitativo de novas frustrações e decepções conjugais. As marcas de uma separação podem ter sido compreendidas na forma de fracasso ou incapacidade de construção de um laço saudável a dois, podendo repercutir nas próximas relações amorosas. Por outro lado, observamos que os efeitos da separação parecem não ter causado muitos danos às relações entre os ex-cônjuges e entre pais e filhos. As convenções sociais conservadoras, os preconceitos e as manifestações de machismo parecem também ter influenciado negativamente na vida das entrevistadas no período pós-separação, podendo também ter contribuído para resistências delas mesmas a estabelecerem novas relações amorosas.

Esse trabalho buscou investigar as repercussões da separação conjugal sobre os membros da família, a partir da percepção das mulheres das camadas médias da população carioca, ao longo da transição para a parentalidade. Futuros estudos poderiam investigar a percepção dos homens nestas mesmas circunstâncias. Seria importante também desenvolver investigações sobre a transformação na concepção de casamento e parentalidade para mulheres e homens assim como verificar os demais prejuízos e benefícios percebidos pelos ex-cônjuges após a dissolução do laço conjugal. Além disso, seria necessário desenvolver novas pesquisas sobre os efeitos da separação em diferentes contextos sociais brasileiros.

**6.****CONCLUSÃO**

Ao investigar o fim da conjugalidade durante a transição para a parentalidade na visão das mulheres, percebemos que a complexidade de suas motivações e de seus efeitos repercutem em todos os membros da família, tanto em nível individual, quanto em nível relacional. Organizamos as categorias encontradas em ordem cronológica dos fatos a fim de delinearmos um processo que percorreu a dinâmica da família desde a origem do casal conjugal, passando pelo período de gravidez e o nascimento do primeiro filho, até a decisão pela separação e as transformações vivenciadas durante e após o luto pelo fim do laço conjugal.

Pudemos perceber que insatisfações femininas remontam às origens da formação do casal. Os resultados da nossa pesquisa apontaram para potenciais conflitos presentes nos primórdios do enlace amoroso. As entrevistadas relataram uma dinâmica relacional inicial em que as posições ocupadas pelos cônjuges revelaram padrões de interação rígidos e pouco criativos.

A escolha amorosa das entrevistadas apresentou ora um caráter anaclítico, no qual o sujeito se coloca como objeto do outro, ora um caráter narcísico, no qual o sujeito faz do outro seu objeto. Nesse sentido, percebemos posições unilaterais e pouco criativas dos cônjuges, podendo ter comprometido as bases da conjugalidade. Diante da pouca circulação de papéis com relação à autonomia e dependência conjugal, pudemos constatar o crescimento de insatisfações que se perpetuaram ao longo das fases seguintes do ciclo vital familiar. Com base nas análises, entendemos que possa haver relação entre a latência dos conflitos originários e a posterior separação conjugal na transição para a parentalidade.

Os relatos sobre a gravidez revelaram gradientes de sofrimento psíquico que variaram de tristeza à depressão. A essas manifestações de afeto, relacionamos as transformações ocorridas na passagem do lugar de filha para o lugar de mãe, reduzindo a liberdade individual e impondo novas responsabilidades às entrevistadas.

Além do trabalho de luto referente à passagem da posição de filha para a posição de mãe, os resultados mostraram também a vivência do luto conjugal. As participantes relacionaram o sofrimento vivenciado durante a gestação a algumas questões referentes à posterior separação. Pudemos considerar que as insatisfações desde a origem do casal tenham operado como afeto deprimido no tempo gestacional, momento no qual a mulher faz uma regressão libidinal, rebaixando as barreiras de censura e as defesas egóicas. Assim, elas perceberam que a conjugalidade mal elaborada não suportaria as exigências parentais.

Após o nascimento do filho, a relação construída com ele foi significada pelas mães como reparadora da saúde mental das mesmas. A partir dos primeiros cuidados, elas relataram que decidiram pela separação conjugal. A experiência da maternidade parece ter exercido a função de dado de realidade, evidenciando a falta de um projeto de vida comum dos cônjuges. Parece ter ocorrido a desidealização da relação conjugal e o amadurecimento emocional feminino.

A separação não foi caracterizada por sofrimento intenso, resultado que corrobora as fragilidades iniciais da união conjugal. As falas traduziram a dissolução da conjugalidade precária como saída saudável para a família, reconduzindo as entrevistadas para o caminho do desejo e de nova busca por felicidade, além da preservação da paternidade e da maternidade, separadamente.

O rompimento do laço conjugal, enquanto união solúvel, parece ter sido a melhor possibilidade para a manutenção dos laços parentais, estes, sim, indissolúveis na família. A escolha pelo fim da conjugalidade em prol da parentalidade parece ter sido a saída mais benéfica para todos

os membros da família. A família separada foi descrita de maneira satisfatória, de modo que os membros do casal parental mantiveram um bom relacionamento e um exercício compartilhado de cuidados com a prole.

As participantes mencionaram dificuldades encontradas após a separação, relacionadas a expectativas externas como machismo e preconceitos de familiares e amigos. Como efeitos subjetivos da separação, elas enfatizaram a dificuldade em se aprofundarem em novos relacionamentos amorosos, sugerindo temor de novas decepções.

As transformações na família que vivencia a separação na transição para a parentalidade foram percebidas, a partir da percepção das mulheres, em uma perspectiva temporal que permitiu investigar aspectos relativos ao longo de diferentes momentos do ciclo vital familiar. Seria importante que futuras pesquisas pudessem investigar a percepção dos homens, nesse mesmo contexto, além de privilegiar períodos específicos do ciclo de vida da família, buscando aprofundar a compreensão sobre o tema estudado e suas repercussões nos sujeitos envolvidos.

## 7.

**Referências bibliográficas**

- Almeida, V. M. P. de; Moreira, L. V. de C. (2011). Colaboradores das famílias na educação dos filhos: vantagens e desvantagens. In: Moreira, L. V. de C.; Rabinovich, E. P. (orgs). *Família e parentalidade: olhares da psicologia e da história*. Curitiba-PR: Juruá.
- Aspergis, N. & Georgellis, Y. (2015). Does happiness converge? *Journal of happiness studies*, 16, 67-76.
- Aulagnier, P. (1979). *A violência da interpretação: do pictograma ao enunciado*. Rio de Janeiro: Imago.
- Ávila, J.C., Ávila, V. & Paula, A. S. (2017). Laços interrompidos: um estudo sobre a causalidade do divórcio. *Revista Iluminart*, ano ix, nº 14, issn 1984-8625, junho.
- Badinter, E. (2011). *O conflito: a mulher e a mãe*. Rio de Janeiro: Record.
- Barbiero E. B. & Baumgarten S. T. (2015). Somos pais, e agora? In: Barbiero E. B. & Baumgarten S. T., *Pensando Famílias*, 19(1), jun. 2015, (32-45).
- Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo: edição revista e ampliada*. São Paulo: Edições 70.
- Brazelton, B. & Cramer, B. (1992). *As primeiras relações*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bydlowski, M. (2002). O olhar interior da mulher grávida: Transparência psíquica e representação do objeto interno. In: Corrêa Filho, L., Corrêa Girade, M. H. & França, P. (Orgs.). *Novos olhares sobre a gestação e a criança até 3 anos: saúde perinatal, educação e desenvolvimento do bebê*. Brasília: L.G.E. Editora.

- Carvalho, A. M. A.; Franco, A. L. S.; Costa, L. A. F.; Oiwa, N. N. (2012). Rede de cuidadores envolvidos no cuidado cotidiano de crianças pequenas. In: Castro, M. G.; Carvalho, A. M. A.; Moreira, L. V. C. (Org.). *Dinâmica familiar do cuidado: afetos, imaginário e envolvimento dos pais na atenção aos filhos*. Salvador: EDUFBA, p. 63-110.
- Castoldi, L., Gonçalves, T. R. & Lopes, R. C.S. (2014). Envolvimento paterno da gestação ao primeiro ano de vida do bebê. *Psicologia em Estudo*, 19(2), 247-259.
- Coca, O. S., Salles, R. J. & Granado, L. C. (2017). Uma compreensão psicanalítica acerca do processo de luto na separação amorosa. *Psicologia em Estudo*, 22 (Jan-Mar): [Fecha de consulta: 16 de outubro de 2018] Disponible en:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=287154862003>> ISSN 1413-7372.
- Correa, O. B. R. (2013). *Crises e travessias nas diversas etapas da vida do casal e do grupo familiar*. Petrópolis, RJ: KBR Editora Digital.
- Curran, M., Hazen, N. Jacobvitz, D. & Sasaki, T. (2006). How representation of the parental marriage predict marital emotional attunement during the transition to parenthood. *Journal of Family Psychology*, 20(3), 477-484.
- Dias, M. (2000). *A construção do casal contemporâneo*. Rio de Janeiro: Papel Virtual.
- Dias, C. M. S. B., Hora, F. F. A. & Aguiar, A. G. S. (2010). Jovens criados por avós e por um ou ambos os pais. *Psicologia Teoria e Prática*, 12(2), 188-199.
- Duarte, E. L. & Zordan, E. P. (2016). Nascimento do primeiro filho: transição para a parentalidade e satisfação conjugal. *Perspectiva*, Erechim. V. 40, n.152, p. 65- 76.



- Dunker, C. I. L. (2017). *A reinvenção da intimidade: políticas do sofrimento cotidiano*. São Paulo: Ubu.
- Durtschi, J. A., Fincham, F. D., Cui, M., Lorenz, F. O., & Conger, R. D. (2011). Dyadic processes in early marriage: attributions, behavior, and marital quality. *Family Relations*, 60(4), 421-434.
- Eiguer, A. (1998). *A transmissão do psiquismo entre gerações: enfoque em terapia familiar psicanalítica*. São Paulo: Unimarco Editora.
- Féres-Carneiro, T. & Ziviani, C. (2009). Conjugalidades contemporâneas: um estudo sobre os múltiplos arranjos amorosos da atualidade. In: Féres-Carneiro, T. (Org.). *Casal e família: permanências e rupturas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, pp. 83-107.
- Féres-Carneiro, T. (1995). Casais em terapia: um estudo sobre a manutenção e a ruptura do casamento. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 44, 67-70.
- Féres-Carneiro, T. (1997). Escolha amorosa e interação conjugal na heterossexualidade e na homossexualidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 10(2), 351-368.
- Féres-Carneiro, T. (1998). Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(2), 379-394.
- Féres-Carneiro, T. (2003). Separação: O doloroso processo de dissolução da conjugalidade. *Psicologia em Estudo*, 8, 367-374.
- Féres-Carneiro, T. (2011). Prefácio. In F. Scorsolini-Comin & M. A. Santos (Orgs.), *Casamento e satisfação conjugal: Um olhar da Psicologia Positiva* (pp.13-15). São Paulo: Annablume, FAPESP. Brasília, CNPq.
- Fiterman, H & Moreira, L. V. C. (2018). O pai na gestação, no parto e aos três meses de vida do primeiro filho. *Polis (Santiago)*, 17(50), 47-68.

- Fleck, A., & Piccinini, C. A. (2013). O bebê imaginário e o bebê real no contexto da prematuridade: Do nascimento ao 3º mês após a alta. *Aletheia*, 40, 14-30.
- Fortes, I. (2008). Masoquismo e desamparo no sofrimento contemporâneo. *Revista Pulsional de Psicanálise*. 21 (4), p. 27-38. São Paulo.
- Freud, S. (1914). Sobre o narcisismo: uma introdução. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- . (1917/1976). Conferência XXIII: Os caminhos da formação dos sintomas, v. XVI, p.419-439. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- . (1930). O mal-estar na civilização. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*, vol. 21. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- Goldenberg, M. (2010). O corpo como capital: gênero, casamento e envelhecimento na cultura brasileira. *Redige*, 1(1),191-200.
- Golse, B. & Bydlowski, M. (2002). Da transparência psíquica à preocupação materna primária: uma via de objetualização. In: Corrêa Filho, L., Corrêa Girade, M. H. & França, P. (Orgs.). *Novos olhares sobre a gestação e a criança até 3 anos: saúde perinatal, educação e desenvolvimento do bebê*. Brasília: L.G.E. Editora.
- Gomes, A. G., Marin, A. H., Piccinini, C. A. & Lopes, R. C. S. (2015). Expectativas e sentimentos de gestantes solteiras em relação aos seus bebês. *Temas em Psicologia*, 23(2), 399-411.
- Hack, S.M.P.K & Ramires, V.R.R. (2010). Adolescência e divórcio parental: continuidade e rupturas dos relacionamentos. *Psicologia Clínica*, 22:85-97.

- Hameister, B. R., Barbosa, P. V. & Wagner, A. (2015). Conjugalidade e parentalidade: uma revisão sistemática do efeito *spillover*. *Arq. bras. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 67, n. 2, p. 140-155. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S180952672015000200011&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180952672015000200011&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 28 maio 2016.
- Hintz, H. C. & Baginski, P. H. (2012). Vínculo conjugal e transição para a parentalidade: fragilidades e possíveis superações. *Revista Brasileira de Terapia de Família*, 4, (1), 10-12.
- IBGE (2014). *Estatísticas do registro civil*. Rio de Janeiro: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- Kaës, R. (1993). *Transmission de la vie psychique entre les générations (em Le sujet del'heritage)*. Paris: Dunod.
- Lamela, D. (2009). Desenvolvimento após o divórcio como estratégia de crescimento humano. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 19, 114-121.
- Langaro, F. & Pretto, Z. (2015). Experiências de parentalidade como fatores geradores de sofrimento em mulheres. *Fractal: Revista de Psicologia*, 27(2), 130-138. doi: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-0292/453>
- Laursen, B. (2005). Conflict between mothers and adolescents in single-mother, blended, and two-biological-parent families. *Parenting: science and practice*. 5, 47-70.
- Lima, J. C. C. & Conti, L. (2017). Temporalidade e narrativas de si: efeitos da descontinuidade e da continuidade na historia de um adolescente em situação de rua. *Estudos de Psicanálise*, (47), 157-164. Recuperado em 27 de setembro de 2018, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-34372017000100014&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-34372017000100014&lng=pt&tlng=pt).

- Lopes, M. N., Dellazzana-Zanon, L. L. & Boeckel, M. G. (2014). A multiplicidade de papéis da mulher contemporânea e a maternidade tardia. *Temas em Psicologia*, v. 22, n. 4, p. 917-928.
- Magalhães, A. S. (2003). Transmutando a individualidade na conjugalidade. In T. Féres-Carneiro (Org.), *Família e casal: Arranjos e demandas contemporâneas* (pp. 225-245). Rio de Janeiro: PUC-Rio.
- Magalhães, A. S. (2018). Um lugar para a alteridade na conjugalidade: contribuições winnicottianas. In: Melgaço, A.; Magalhães, A. S. & Rojas, R. (Orgs.) *Winnicott: Integração e Diversidade* (pp. 291-300). Rio de Janeiro: Editora Prospectiva.
- Magalhães, A.S. & Féres-Carneiro, T. (2011). Em busca de uma conjugalidade perdida: Quando a parentalidade prevalece. In T. Féres-Carneiro (Org.). *Casal e família: Conjugalidade, parentalidade e psicoterapia* (pp. 161-172). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Marcos, C.M. (2017). O desejo de ter um filho e a mulher hoje. *Trivium: Estudos Interdisciplinares* (Ano IX, Ed.2), p. 246-256.
- Martínez, V. C. V. & Matioli, A. S. (2012). Enfim Sós: Um estudo psicanalítico do divórcio. *Revista Mal Estar e Subjetividade*, 12(1-2), 205-242. Recuperado em 27 de outubro de 2018, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-61482012000100008&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482012000100008&lng=pt&tlng=pt).
- Matos, M. G. & Magalhães, A. S. (2014). Tornar-se pais: Sobre a expectativa de jovens adultos. *Pensando Famílias*, 18(1), 78-91.
- McGoldrick, M., Carter, B. & Garcia-preto, N. (2010). The Expanded Family Lifecycle. *Individual Family and Social Perspectives*. Boston: Allyn & Bacon.
- Menezes, C. C. & Lopes, R. C. S. (2007). Relação conjugal na transição para a parentalidade: Gestação até deztoito meses do bebê. *Itatiba: Psico-USF*, 12, 83- 93.

- Minuchin, S. & Nichols, M. (2009). *Famílias e Casais: do sintoma ao sistema*. Porto Alegre: Artmed.
- Moffette, V. (2014). *Le lien entre le stress parental du père et le développement de la relation d'activation chez les enfants âgés entre 12 et 18 mois*. Université de Montréal: Papyrus.
- Moraes, A. C. J. & Granato, T. M. M. (2016). Tornando-se pai: uma revisão integrativa da literatura sobre a transição para a parentalidade. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 21, p. 557-567, out./dez..
- Moura, D. (2013). Maternidade e poder. *Revista Mal-estar e Subjetividade*, 13(1-2) 392-396. Recuperado de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttex&pid=S1518-6148201300100015](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttex&pid=S1518-6148201300100015).
- Neves, A. S., Dias, A. S. F. & Paravidini, J. L. L. (2013). A psicodinâmica conjugal e a contemporaneidade. *Psic. Clin.* Rio de Janeiro, vol. 25, n.11, p. 73-87.
- Neves, C. C. (2015). *Luto complicado nas separações amorosas* (Monografia de Especialização). Quatro Estações, Instituto de Psicologia, São Paulo.
- Neves, J. F. (2016). *Psicanálise de família e casal*. Belo Horizonte: Ed. Atesã.
- Oliveira, A. A. A. de, Resstel, C. C. F. P. & Justo, J. S. (2014). Desamparo psíquico na contemporaneidade. *Revista de Psicologia da UNESP*, v. 13, p. 21-32.
- Oliveira, J. L. A. P. & Crepaldi, M. A. (2018). Relação entre o pai e os filhos após o divórcio: revisão integrativa da literatura. *Actualidades en Psicología*, 32(124), 92-110.

- Oliveira, J. P. & Aragão, L. (2014). O narcisismo e sua representação na sociedade de consumo: uma análise do filme “delírios de consumo de becky bloom”. *Cadernos Brasileiros de Saúde Mental*, ISSN 1984-2147, Florianópolis, v.6, n.13, p.122-127.
- Oliveira, N. H. D. (2009). *Recomeçar: Família, filhos e desafios*. São Paulo: Cultura Acadêmica.
- Palermo, F. R., Magalhães, A. S., Féres-Carneiro, T. & Machado, R. N. (2016). Ambiente conjugal: repercussões na parentalidade. *Cadernos de psicanálise (Rio de Janeiro)*, 38(34), 129-148.
- Parenti, M. R., Costa, P. J. & Abeche, R. P. C. (2017). Função paterna e desenvolvimento infantil: o estado da arte. *Colloquium Humanarum*, Presidente Prudente, v. 14, n. 2, p.75-86 abr/jun 2017. DOI: 10.5747/ch.2017.v14.n2.h307.
- Passos, M. C. (2013). Intimidade: origem na família e repercussões na clínica. In: Féres-Carneiro, T. (Org.). *Casal e família: transmissão, conflito e violência*. 129-140. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Pereira, D. I. F., & Alarcão, M. (2014). “Parentalidade minimamente adequada: contributos para a operacionalização do conceito”. *Análise Psicológica*, 32(2), 157-171. <https://dx.doi.org/10.14417/ap.721>
- Poli, M.C., & Cavalcanti, C.A.T. (2015). O laço social e o mal-estar face ao desamparo. *Revista INTERthesis Florianópolis*, 12(2), 55-73.
- Ponciano, E. L. T. & Féres-Carneiro, T. (2017). Conjugalidade, parentalidade e separação: repercussões no relacionamento pais e filhos. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.22, p.277-287, abr./jun..
- Puget, J. & Berenstein, I. (1993). *Psicanálise do casal*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Rena, A.C.C.B.; Romagnoli, R.C. & Lima, N. L. (2014). Maternidade e feminilidade: um estudo da subjetividade de mães negligentes na

Assistência Social. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, 17(4), 845-857.

Santos, S. M. (2013). *Os efeitos no divórcio na família com filhos pequenos*. Salvador 2013. Disponível em <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0342.pdf>> acesso em: 21 de agosto de 2016.

Schechter, L. M. S. & Perelson, S. (2017). Separar-se da mãe para tornar-se mãe: a criação do espaço de concepção. *Psicologia Clínica*, 29(3), 403-427. Recuperado em 27 de setembro de 2018, de [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-56652017000300004&lng=pt&tlng=pt](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652017000300004&lng=pt&tlng=pt).

Schneebeli, F. C. F. & Menandro, M. C. S. (2015). Com quem as crianças ficarão?: Representações sociais da guarda dos filhos após a separação conjugal. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 175-184. <https://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822014000100019>.

Scorsolini-comin, F. & Santos, M. A. (2013). Counseling psychology: view of the scientific production in the Brazilian postgraduation. *Journal of Human Growth and Development*, 23(3):338-345.

Silva, C. R. (2014). *Depressão gestacional: uma revisão de literatura*. Monografia de conclusão de Curso de especialização em linhas de cuidado em enfermagem. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

Silva, C. C. F. M. & Correa, M. R. (2014) Trocas simbólicas entre gerações: avós, netos e a literatura infantil. *Pensando Famílias*. Porto Alegre, v.18, n. 1.

Silva, E. F. & Queiroz, E. M. (2017). *Adoção, filiação e práxis*. Curitiba: CRV. ISBN:978-85-444-2126-0 DOI: 10.24824/978854442126.0.

Silva, S. G. (2016) Do feto ao bebê: Winnicott e as primeiras relações materno-infantis. *Psicologia Clínica*, n. 28 v. 2, p.29-54.

- Simas F. B., Souza L.V. & Scorsolini-Comin F. (2013). Significados da gravidez e da maternidade: discursos de primíparas e múltiparas. *Psicol Teor Prat [Internet]*. 15(1):93-102.
- Sluzki, C. E. (1997). *A rede social na prática sistêmica: alternativas terapêuticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Solano-Suárez, E. (2014). "Maternité Blues". In (Sous la direction) *Être mère*. Paris: Na-varin/Le Champ Freudien.
- Solis-Ponton, L. (2014). A construção da parentalidade. In M. C. P. Silva & L. Solis-Ponton (Orgs.), *Ser pai, ser mãe. Parentalidade: um desafio para o terceiro milênio* (pp. 29-40). São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Solmeyer, A. R. & Feinberg, M. E. (2011). Mother and father adjustment during early parenthood: The roles of infant temperament and coparenting relationship quality. *Infant Behavior and Development*, 34(4), 504-514. <https://doi.org/10.1016/j.infbeh.2011.07.006>.
- Sousa, L. P. & Guedes, D. R. (2016). A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. *Estudos Avançados*, 30(87), 123-139. <https://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870008>.
- Wagner, A., Falcke, D., & Mosmann, C. P. (2015). Viver a dois: uma proposta de intervenção psicoeducativa na conjugalidade In T. Féres-Carneiro (Org.). *Família e casal: parentalidade e filiação em diferentes contextos* (pp. 149-163). Rio de Janeiro: Editora Prospectiva.
- Willi, J. (1982). *Couples in collusion*. Claremont CA: Hunter, House.
- Willi, J. (1985). *La pareja humana: relacion y conflicto*. Madrid: Morata, 1985.
- Winnicott, D. (1988). *Human Nature*. London, Free Association Books. Tradução brasileira: *Natureza humana*. Rio de Janeiro, Imago, 1990.



- Winnicott, D.W. (1956). A preocupação materna primária. In: Winnicott, D.W. *Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Imago, 2000.
- Zordan, E. P. (2010). *A separação conjugal na contemporaneidade: motivos circunstâncias e contextos*. (Tese de Doutorado. Curso de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS).
- Zornig, S. M. A. J. (2010). Tornar-se pai, tornar-se mãe: o processo de construção da parentalidade. *Tempo Psicanalítico*, 42(2), 453-470.
- Zucchi, M. (2000). *Estranhas Entranhas: Psicanálise e Depressão na Gravidez*. Biblioteca Digital do Mestrado Profissional: Psicanálise da Educação – FURNE; CAEED; UNIDERC. Campina Grande – PB, 2012.

## 8.

## ANEXO I: PERFIL DAS PARTICIPANTES

sujeitos	idade	tempo de separação	idade do (a) filho (a) na separação	trabalha	tipo de guarda	rede de cuidadores
Mulher 1	33 anos	4 anos e seis meses	1 ano e 6 meses	sim	quinzenal	Avó, babá e empregada
Mulher 2	34 anos	4 anos	1 ano e 1 mês	sim	quinzenal	Avó
Mulher 3	35 anos	5 anos	1 ano e seis meses	sim	compartilhada	Avós
Mulher 4	37 anos	5 anos	1 ano	não	compartilhada	_____
Mulher 5	34 anos	4 anos	10 meses	sim	quinzenal	_____
Mulher 6	34 anos	5 anos e seis meses	1 ano e seis meses	sim	quinzenal	Bisavós
Mulher 7	38 anos	3 anos	1 ano	não	quinzenal	Avó
Mulher 8	40 anos	4 anos	2 anos	sim	compartilhada	Avós
Mulher 9	32 anos	5 anos	6 meses	sim	quinzenal	_____
Mulher 10	30 anos	2 anos e seis meses	1 mês	sim	compartilhada	Avó
Mulher 11	40 anos	2 anos	1 ano e seis meses	sim	compartilhada	Avós
Mulher 12	34 anos	5 anos	2 anos	não	quinzenal	Avó

## **ANEXO II: ROTEIRO DAS ENTREVISTAS**

### **1. Breve história da relação amorosa**

- Como vocês se conheceram?
- O que despertou o seu interesse por ele?

### **2. Casamento**

- Como foi tomada a decisão para se casarem?
- O que mudou na relação depois do casamento?
- Como ele era como marido?

### **3. Gravidez**

- A gravidez foi planejada?
- Se sim: como foi tomada a decisão pela gravidez?
- Se não: como foi recebida a notícia da gravidez?
- Você engravidou com quanto tempo de casados?

### **4. Rede de apoio**

- Como eram realizadas as tarefas domésticas antes do nascimento do filho?
- Como ficaram depois do nascimento do filho?
- Como eram realizados os cuidados com o filho?
- Como ele era como pai?

### **5. Relação amorosa depois do filho**

- Como ficou a relação de vocês com a chegada do filho?
- Como ficou o sexo?

### **6. Conflitos**

- Havia conflito antes da gravidez? Quais?
- Houve conflito depois do nascimento do filho? Quais?

### **7. Motivações para a separação**

- Como foi tomada a decisão para se separarem?
- A chegada do filho teve alguma relação com essa decisão?
- Como foi a separação? Houve conflito?

### **8. Transformações após a separação**

- Como ficou a sua vida depois da separação?
- Como ficou a relação de vocês depois da separação?
- Como ele é como pai depois da separação?
- Como ele é como ex-marido?

### ANEXO III: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

#### Termo de consentimento livre e esclarecido

**Instituição:** Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

**Título da pesquisa:** “Por que elas se separam? O fim da conjugalidade na transição para a parentalidade”

**Pesquisadora:** Mariana Reis Barcellos

**E-mail:** [mari\\_rbarcellos@hotmail.com](mailto:mari_rbarcellos@hotmail.com) **Celular:** (21) 99919-0292

**Orientadora:** Terezinha Féres-Carneiro

**E-mail:** [teferca@puc-rio.com](mailto:teferca@puc-rio.com) **Celular:** (21) 99111-0180

O objetivo geral desta pesquisa é investigar como as mulheres vivenciam a separação conjugal na transição para a parentalidade. Esse período refere-se ao intervalo entre o primeiro e o vigésimo quarto mês do primeiro filho.

O estudo é realizado por meio de entrevistas gravadas e, posteriormente, transcritas. As informações coletadas e analisadas contribuirão para o aumento do conhecimento sobre o término do casamento na transição para a parentalidade.

Sua identidade será preservada e sua participação é voluntária, estando livre para perguntar o que quiser, se recusar a falar sobre assuntos que causem constrangimento e interromper a entrevista a qualquer momento. Este Termo de Consentimento é assinado em duas vias a fim de que uma seja entregue para a entrevistada e, outra, para a pesquisadora.

Declaro que concordei participar desta pesquisa, tendo lido e compreendido os seus objetivos; e autorizo o uso dos resultados obtidos em ensino, pesquisa e publicação, sendo minha identidade preservada.

\_\_\_\_\_  
Assinatura da pesquisadora

\_\_\_\_\_  
Assinatura da entrevistada

Rio de Janeiro, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**ANEXO IV: Ficha de Avaliação Biográfica****Ficha Biográfica**

. Idade: \_\_\_\_\_ anos.

. Estado civil: \_\_\_\_\_

. Profissão: \_\_\_\_\_

. Atua no mercado de trabalho? \_\_\_\_\_

. Idade do primogênito ou do único filho: \_\_\_\_\_

. Conta com a colaboração de terceiros nas tarefas domésticas e nos cuidados com os filhos? \_\_\_\_\_ Quem? \_\_\_\_\_